



# Barômetro da Infraestrutura Brasileira

Maio de 2024 | 11ª Edição



## Qual a percepção dos investidores sobre o cenário atual do setor de infraestrutura e as perspectivas futuras?

Essa foi a questão que motivou a ABDIB e a EY a unirem esforços para conduzir uma pesquisa semestral com o objetivo de identificar o ânimo de empresários e especialistas dos setores de infraestrutura a respeito de temas que impactam a realização de investimentos e o desenvolvimento de projetos.

A determinação é produzir, duas vezes por ano, avaliações setoriais de qualidade, que ofereçam uma contribuição efetiva às autoridades públicas e aos agentes institucionais na formulação e na gestão de políticas públicas para a promoção do desenvolvimento da infraestrutura brasileira.

# Sumário

4

Cenário macroeconômico

7

Expectativa de investimentos

13

Potencial para Concessões e PPPs

20

Relacionamento entre os Poderes e instituições públicas

23

Ambiente para investimentos

30

Contexto Atual: Nova Indústria Brasil, Transição Energética, Eleições Municipais, Reforma Tributária e Financiamentos

# 1

## Cenário macroeconômico

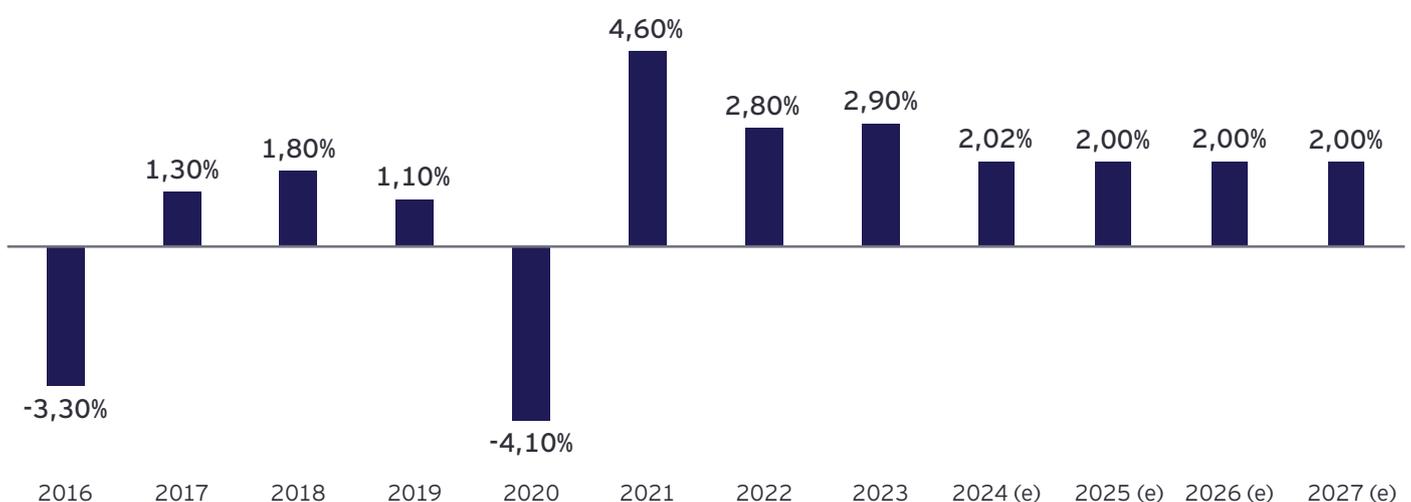
### Produto Interno Bruto

Em um cenário global volátil, com taxas de juros elevadas nos EUA para combater a inflação decorrente de conflitos geopolíticos que também levaram a um aumento de preço de diversos insumos, o Brasil enfrenta desafios para manter sua política de redução da taxa de juros. Segundo o Relatório Focus de abril de 2024, publicado pelo Banco Central, é projetado um crescimento de 2,02% para nosso PIB este ano. Para impulsionar o

crescimento e fortalecer a estrutura produtiva nacional, o Governo Federal lançou o programa Nova Indústria Brasil (NIB), que prevê investimentos em infraestrutura, transição energética, inovação e sustentabilidade, entre outros.

Para os próximos anos, o referido relatório indica uma expectativa de crescimento similar ao previsto para 2024, como mostrado no gráfico a seguir:

### Produto Interno Bruto (PIB) - Taxa acumulada ao longo do ano (%)



(e) = estimado

Fonte: Boletim Focus do Banco Central (publicado em 23/04/2024), com valores estimados a partir de 2024.

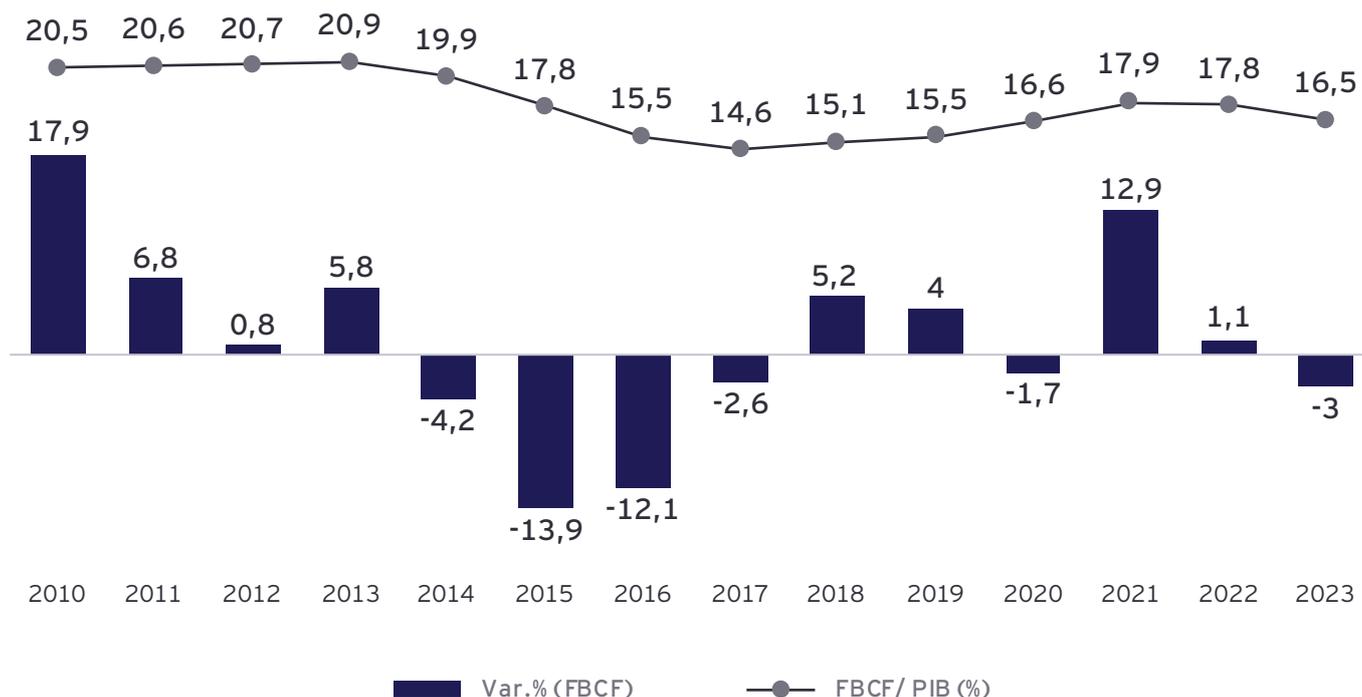


## Investimento

Em 2023 houve um decréscimo de 3,0% na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que representa o volume de investimentos na economia. Como resultado, a proporção FBCF/PIB apresentou retração pelo segundo ano consecutivo,

alcançando 16,5% em 2023. Essa diminuição nos investimentos, muito impactada pela elevação das taxas de juros, é um dos principais fatores para as expectativas de um crescimento econômico menor nos próximos anos.

### Formação bruta de capital fixo em relação ao PIB (%)



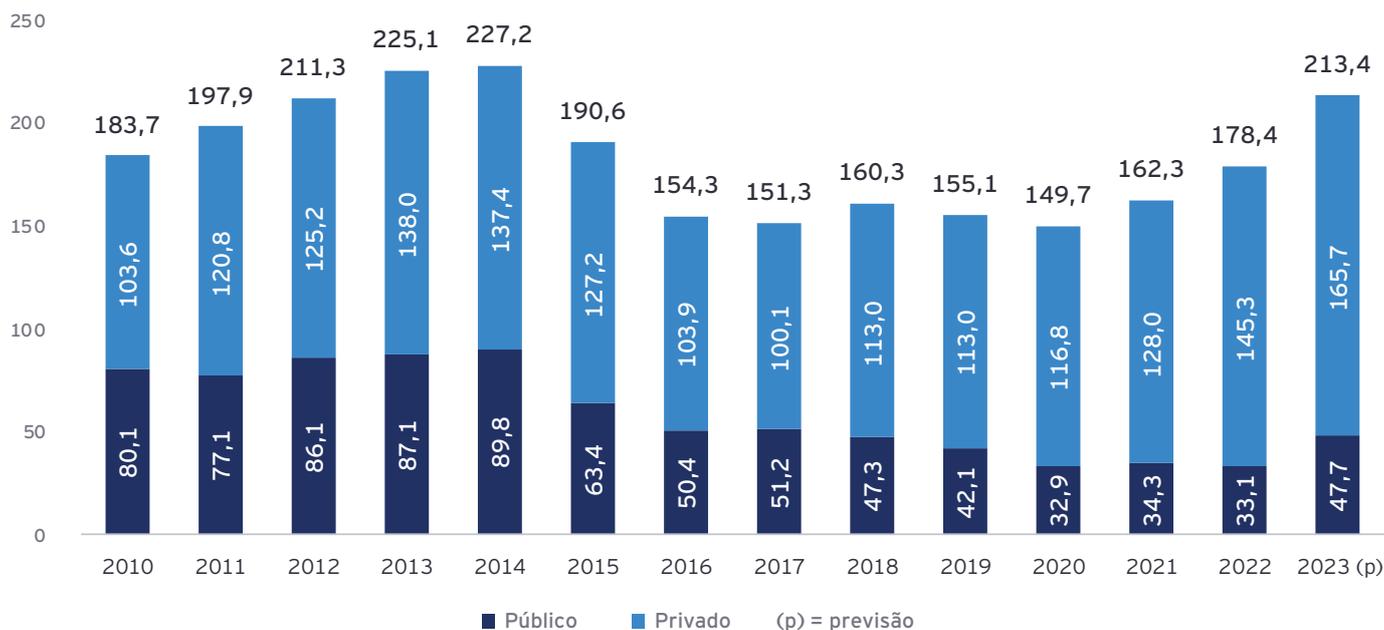
Fonte: IBGE

## Investimento em Infraestrutura

Em 2023, os investimentos em infraestrutura, considerando os setores de logística/transporte, telecomunicações, energia e saneamento básico, cresceram 19,6% em termos reais em relação a 2022,

alcançando R\$ 213,4 bilhões, o maior valor desde 2014, aproximando-se dos maiores valores da série (2013-2014), como mostra o gráfico abaixo.

### Evolução dos Investimentos em Infraestrutura (R\$ bilhões, constantes, atualizados pelo IPCA)



Fonte: Abdib, 2023

Além do crescimento de 14% dos investimentos privados, contribuiu para esse bom desempenho o incremento de 44% observado nos investimentos públicos, que atingiram R\$ 47,7 bilhões, na esteira da PEC da Transição, o melhor resultado desde 2016, período que antecedeu a vigência da Lei do Teto dos Gastos.

As expectativas nos médio e longo prazos para os investimentos em infraestrutura são positivas. Há uma maior articulação entre o Novo PAC, o Programa de Parcerias de Investimento (PPI) e o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 do Governo Federal e os projetos dos Estados e Municípios. A expectativa é de redução das taxas de juros e o setor privado foi chamado a ser protagonista dos programas de investimentos via concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) nas centenas de projetos em estruturação nas cinco regiões do país.

# 2

## Expectativa de investimentos

## Houve aumento no otimismo em relação ao crescimento econômico do país para os próximos seis meses.

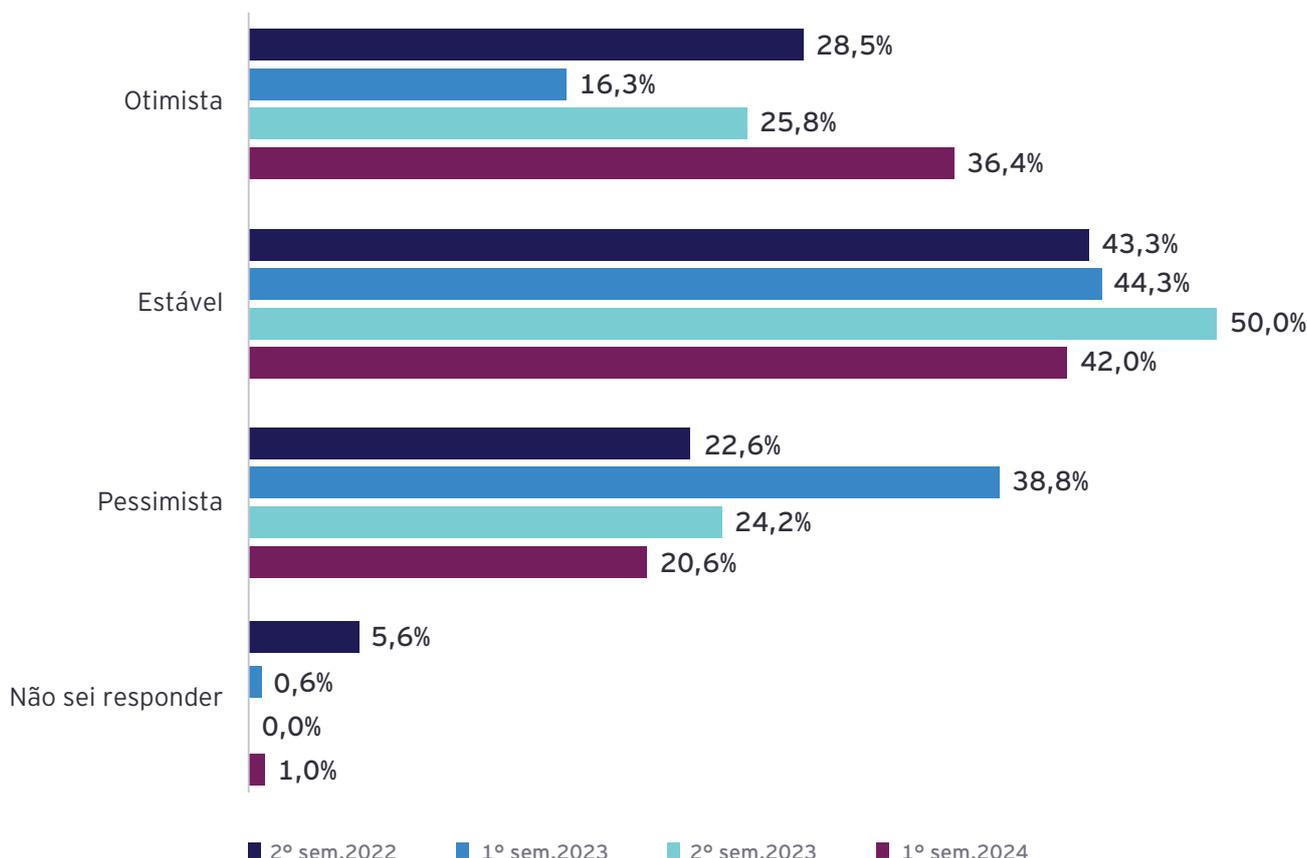
O ano de 2024 iniciou-se com um panorama econômico mundial caracterizado por significativa incerteza. Os EUA persistem em sua política de juros elevados para conter pressões inflacionárias, com um alívio nas taxas postergado para o último trimestre. Paralelamente, a China registra um aumento excedente nas suas taxas de crescimento econômico no primeiro trimestre, ultrapassando as métricas do ano anterior. Ademais, a intensificação de atritos geopolíticos - notavelmente no Oriente Médio e na continuação do conflito entre a Rússia e a Ucrânia - impulsiona a demanda por ativos financeiros seguros, conduzindo a um incremento nos preços do dólar americano e do petróleo bruto, com repercussões imediatas sobre a inflação global e sobre as políticas monetárias vigentes.

No cenário nacional brasileiro, a conjuntura internacional adversa e o recente relaxamento das metas fiscais impõem riscos à trajetória de suavização da taxa básica de juros. Apesar dessas adversidades,

o Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta uma expansão de 2,2% no PIB brasileiro para o presente ano, uma redução de aproximadamente meio ponto percentual em relação à projeção anterior, divulgada em janeiro/2024. As agendas estruturantes do país estão sendo fomentadas pelo programa NIB, que propõe investimento em iniciativas voltadas à inovação e à sustentabilidade.

Assim, observa-se um aumento na expectativa de crescimento econômico do país nos próximos seis meses. O percentual de respostas que demonstram uma visão otimista em relação ao cenário atual aumentou (36,4% agora, ante 25,8% na edição anterior). Ao mesmo tempo, o percentual daqueles que possuem uma visão pessimista diminuiu (20,6% agora, ante 24,2%). Essa perspectiva indica uma expectativa positiva de crescimento para o próximo semestre, similar ao verificado na pesquisa ao final de 2023.

### 1 Qual é a sua expectativa com relação ao crescimento econômico do país para os próximos seis meses?

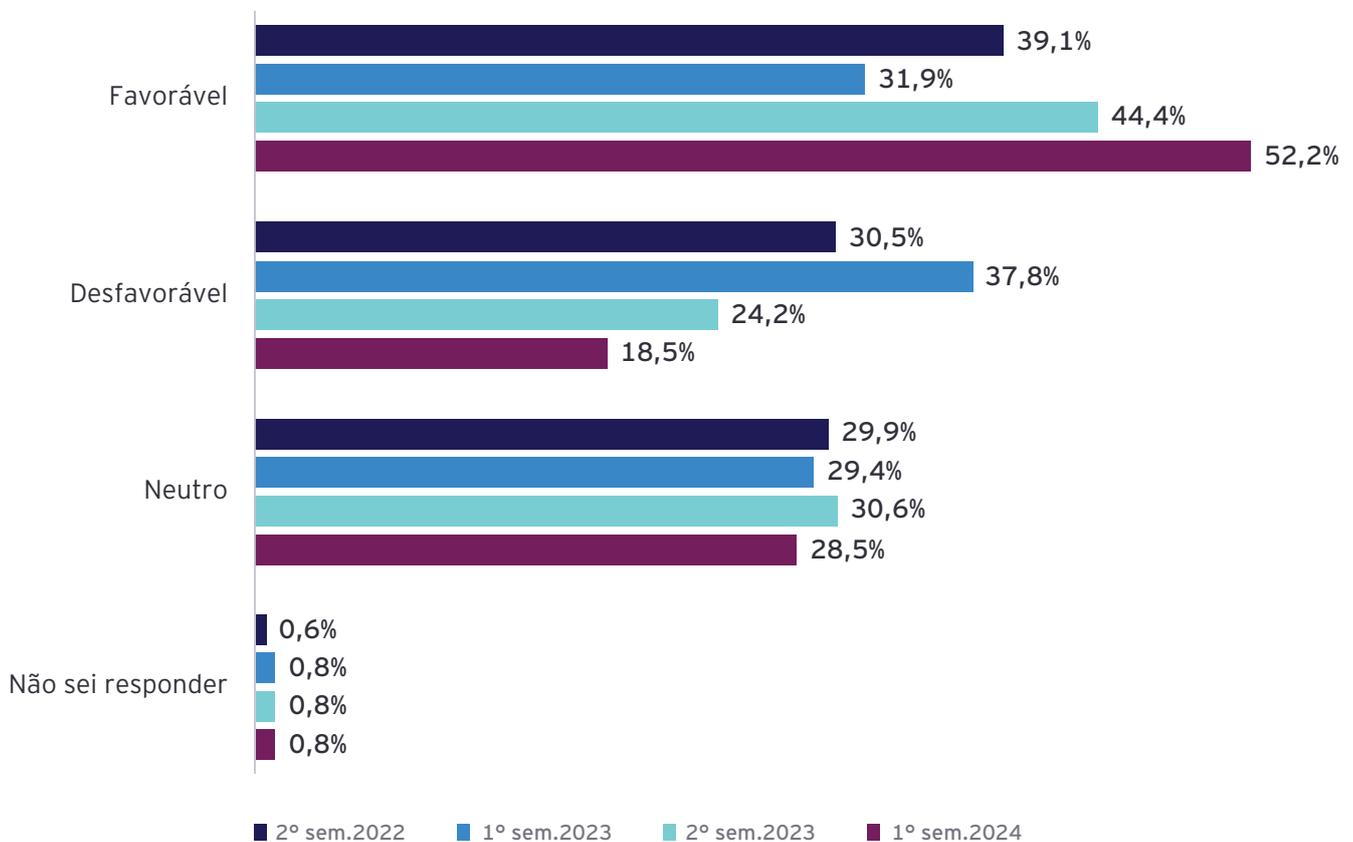


## A percepção de um cenário favorável para a promoção de investimentos nos próximos seis meses aumentou em relação ao levantamento anterior.

No levantamento desse período foi dominante a percepção de um cenário favorável para a promoção de investimentos nos próximos seis meses, seguindo uma trajetória que já havia sido identificada na pesquisa anterior.

O percentual de entrevistados que consideram favorável o cenário para investimentos (52,2% agora, ante 44,4% no levantamento passado) aumentou, destacando-se a redução do percentual de entes com uma percepção desfavorável (18,5% agora e 24,2% antes).

### 2 Como você classifica o cenário para promoção de investimentos em infraestrutura no país nos próximos seis meses?

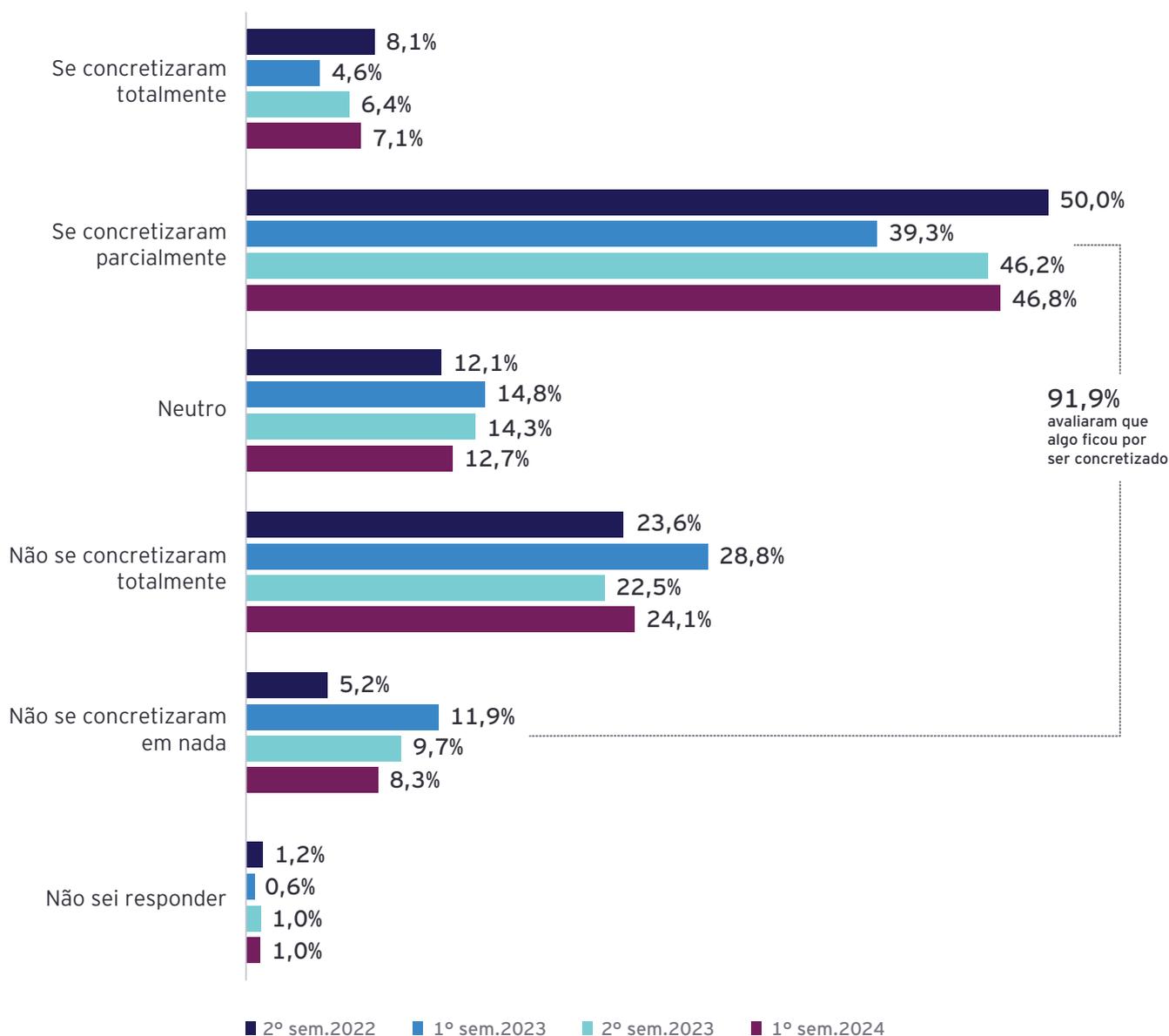


## 2. Expectativa de investimentos

Quando questionados sobre o grau de concretização das expectativas em relação ao cenário para a promoção de investimentos nos últimos 6 meses, observa-se que a percepção predominante (46,8%) é de que essas expectativas foram parcialmente alcançadas, assim como nos últimos dois anos de pesquisa. Na pesquisa anterior, 6,4% das respostas indicavam a concretização total das expectativas,

enquanto, na mais recente, esse número subiu para 7,1%. Em contrapartida, diminuiu o percentual dos que relataram não possuírem suas expectativas concretizadas, totalizando 8,3% em comparação aos 9,7% registrados na pesquisa anterior. Em geral, os resultados mostram uma percepção muito similar à pesquisa anterior.

### 3 Você considera que suas expectativas com relação ao cenário para promoção de investimentos em infraestrutura no país nos últimos seis meses:



## Aumentou a percepção favorável com relação às contratações de novos funcionários.

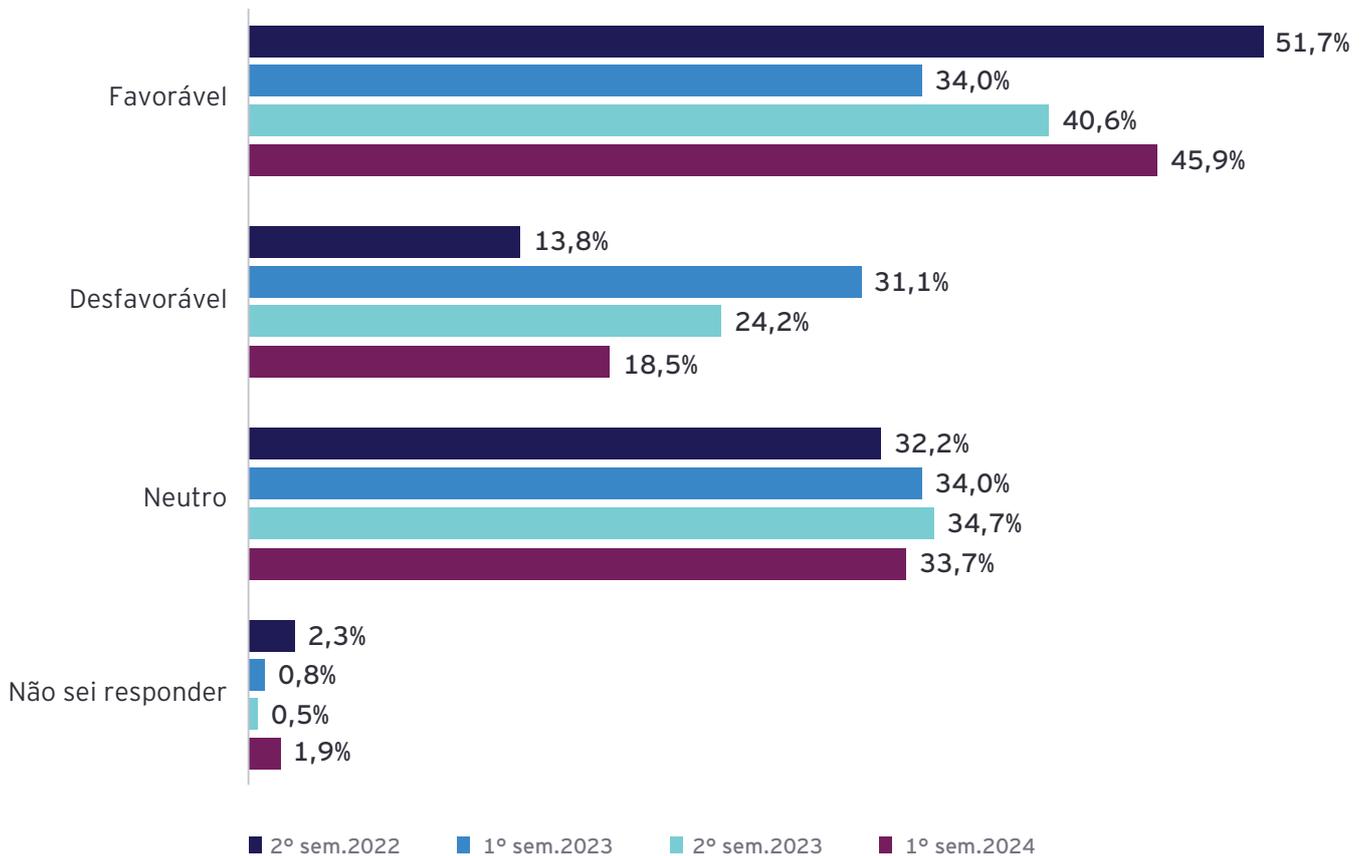
A percepção para novas contratações foi mais otimista do que no levantamento anterior, havendo um aumento dos agentes de infraestrutura que identificaram uma situação favorável nos mercados em que atuam, mas ainda abaixo do verificado em 2022.

Na atual pesquisa, os entrevistados indicaram cenário favorável (45,9% ante 40,6% no 2º semestre de 2023) para novas contratações em seus respectivos

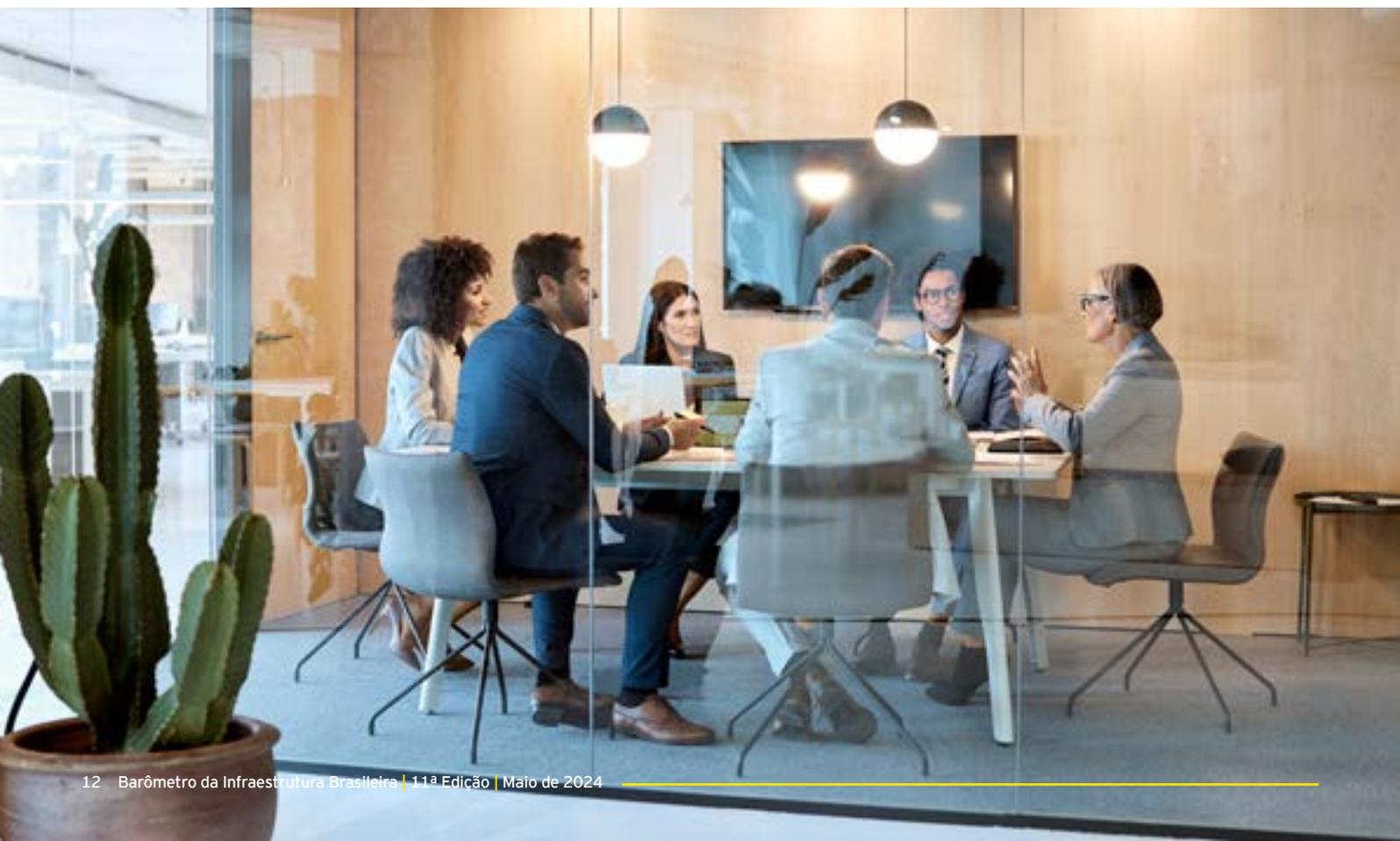
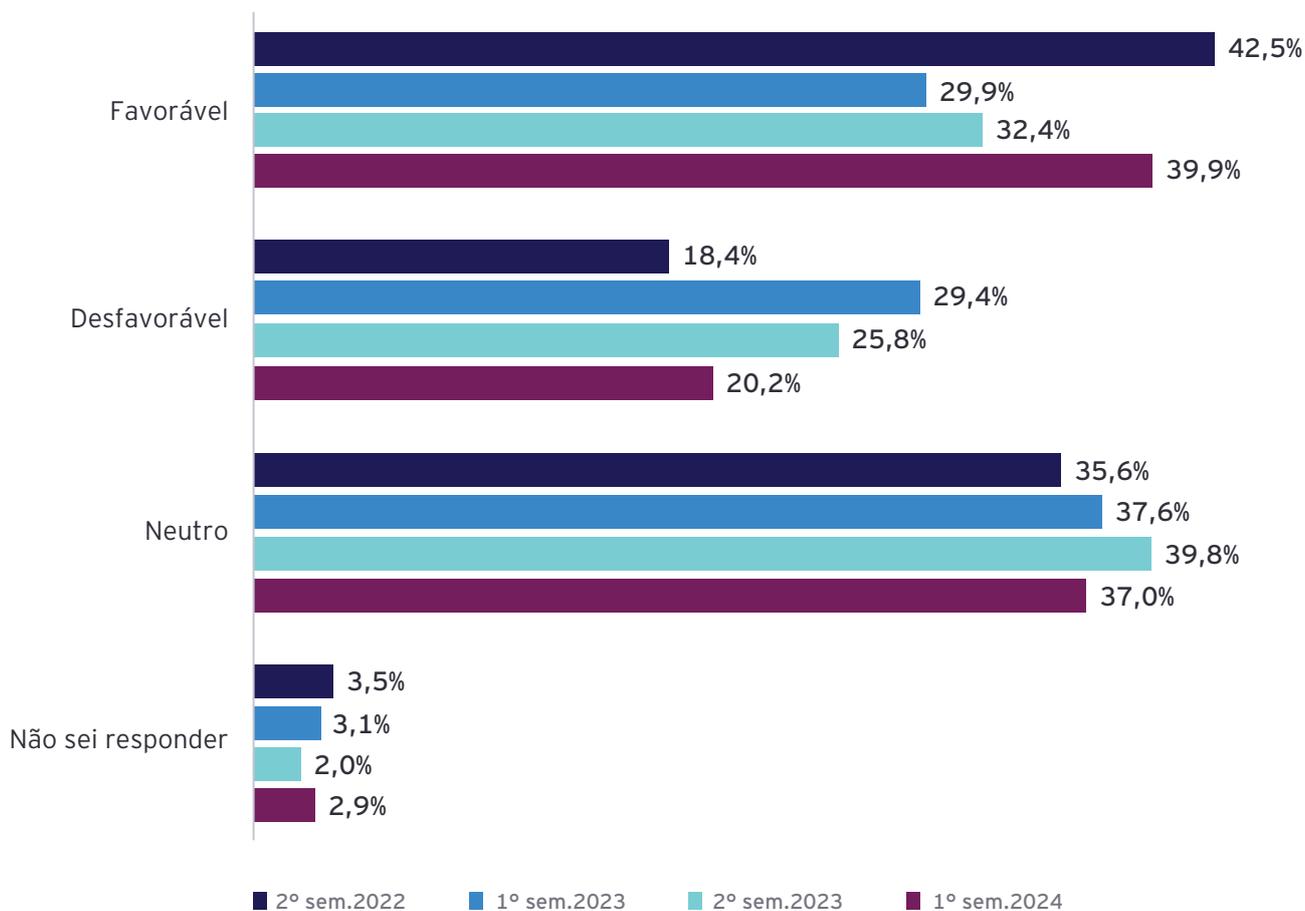
setores. Já em relação às contratações nas empresas em que trabalham, a expectativa também se mostrou favorável, crescendo 7,5 pontos percentuais em relação ao 2º semestre de 2023.

Nota-se, portanto que a perspectiva favorável em relação às novas contratações nos seus respectivos mercados e empresas demonstra progressivo aumento na confiança do crescimento do setor de infraestrutura.

### 4 De que forma você percebe o cenário para a contratação de novos funcionários em seu mercado:



**5** De que forma você percebe o cenário para a contratação de novos funcionários em sua empresa:



# 3

## Potencial para Concessões e PPPs

No radar dos entes públicos, os Estados mantêm a liderança quando o assunto é potencial para investimentos por meio de concessões e PPPs, sendo ainda o único caso em que a opção “Sim, parcialmente” supera percentualmente a opção “Muito pouco”.

Os Estados mantiveram tanto a liderança como uma perspectiva de crescimento constante, segundo a opinião daqueles que creem no pleno aproveitamento do potencial para os investimentos em infraestrutura por meio de concessões e PPPs, algo observado nos dois últimos anos de pesquisas, com um nível de aproveitamento de 51,2%.

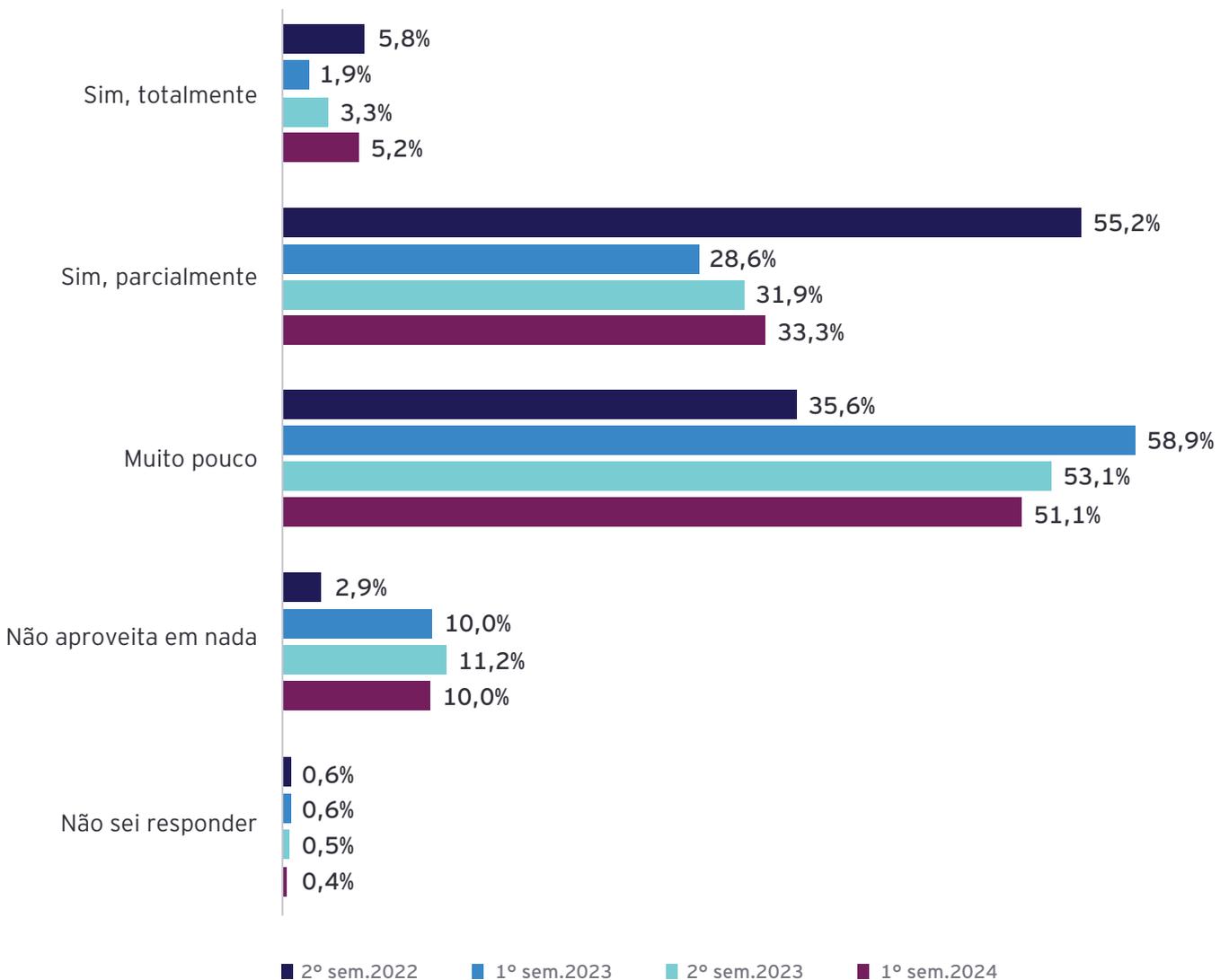
Por outro lado, compreende-se que os governos municipais têm um aproveitamento de 19,5% (soma das respostas “sim, totalmente” e “sim, parcialmente”) do potencial para investimentos por meio de concessões e PPPs, o qual é um dos menores verificados na série histórica, situando-se abaixo dos resultados das duas últimas edições do Barômetro.

### 3. Potencial para Concessões e PPPs

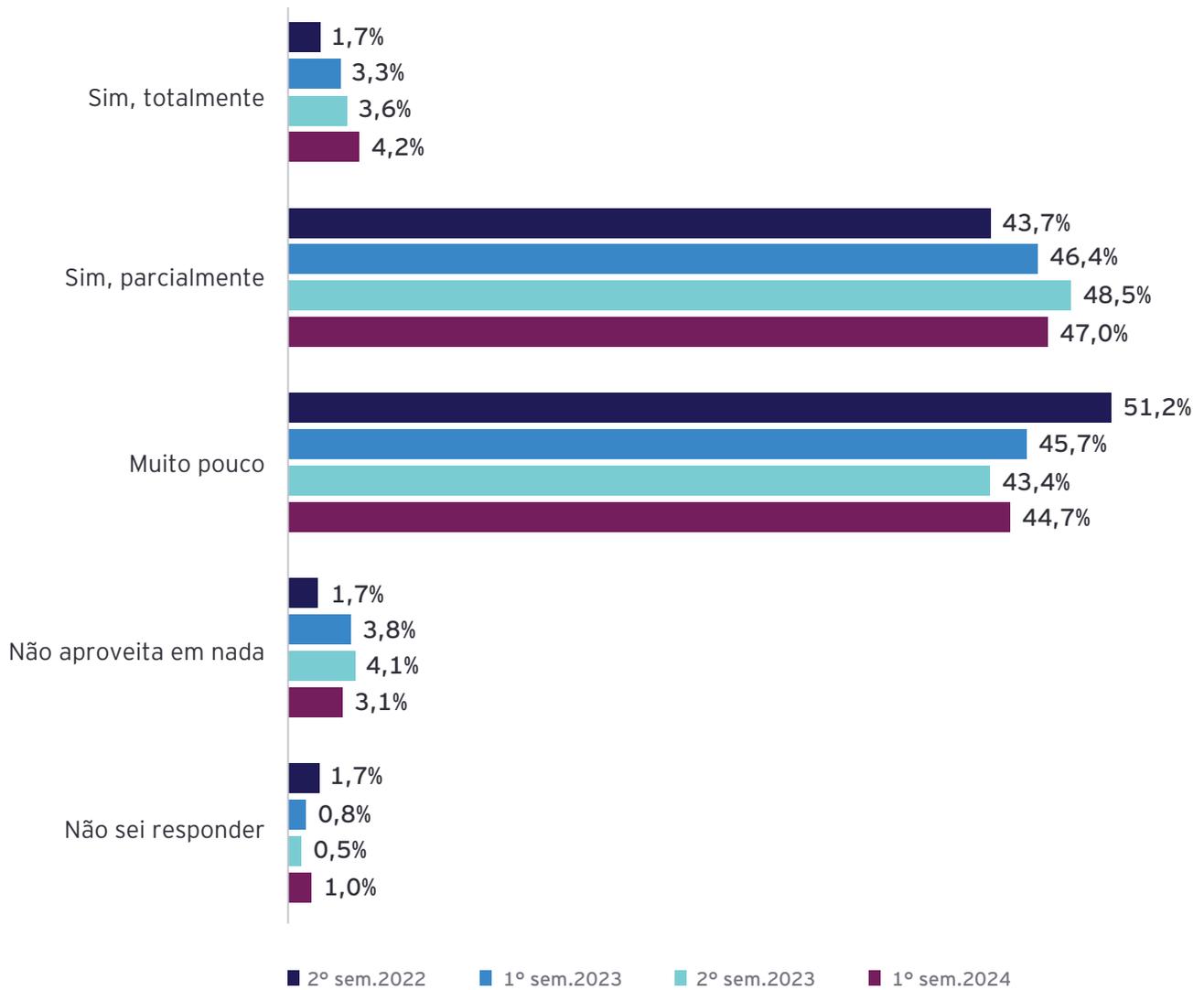
A União, por sua vez, assumiu uma imagem mais positiva entre os executivos do setor de infraestrutura, em relação às últimas duas edições do Barômetro, no que se refere ao aproveitamento do potencial para investimentos privados no setor. Dos participantes, 38,5% relataram uma percepção de que o Governo Federal tem um aproveitamento total ou parcial desse potencial.

As expectativas manifestadas relativamente aos municípios coincidem com os levantamentos realizados nas edições anteriores do Barômetro, os quais apontaram a esfera municipal como sendo a que menos aproveita o potencial para investimentos. Ainda que para a maioria dos entrevistados (60,37%) o aproveitamento seja muito pouco, é expressivo o percentual daqueles que entendem que os municípios nada aproveitam desse potencial (17,9%), sobretudo se comparado esse percentual ao verificado para a União e os Estados.

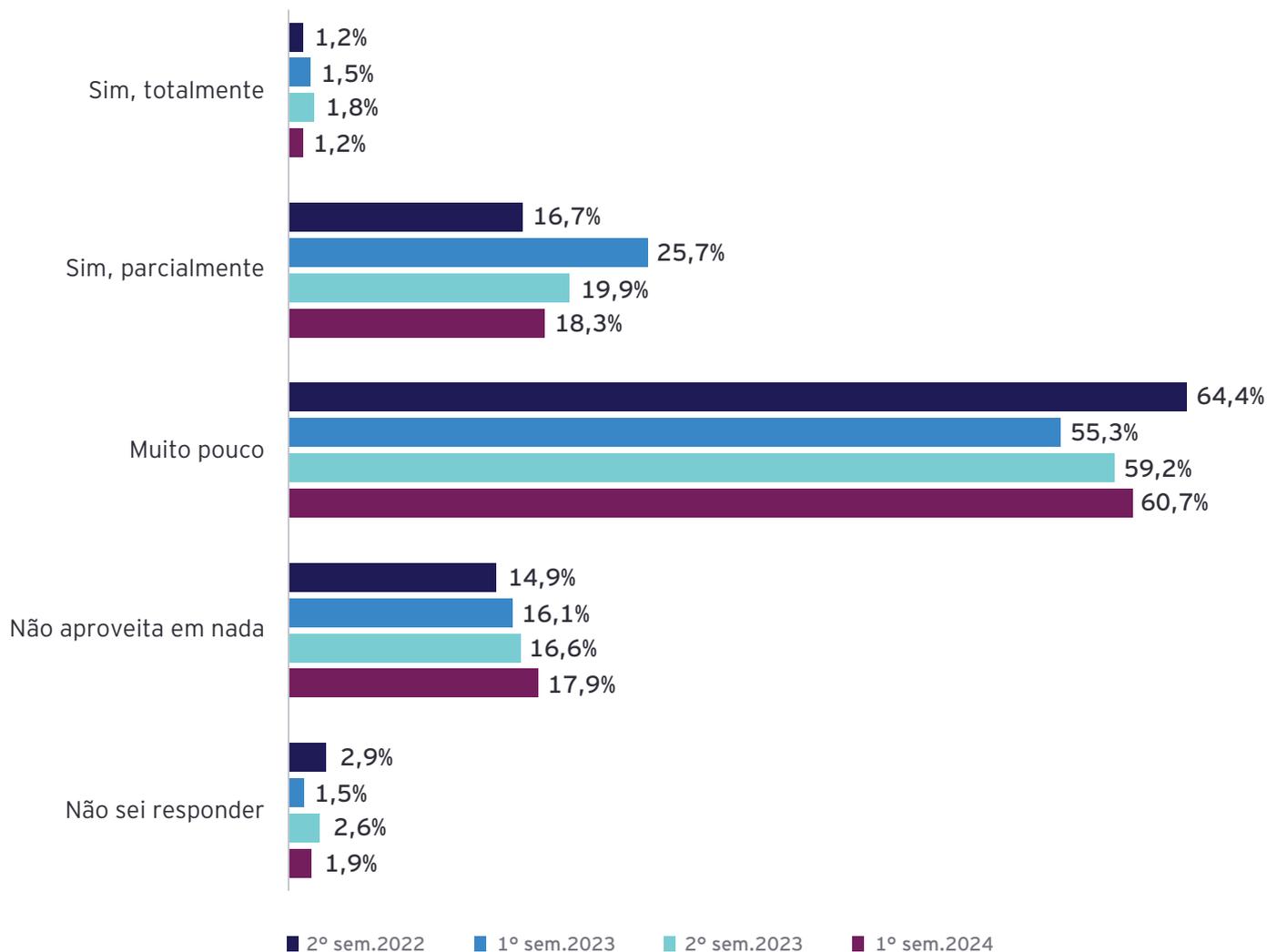
#### 1 Você considera que a União aproveita o potencial que existe a nível federativo para a realização de investimentos em infraestrutura por meio de concessões e PPPs?



**2** Você considera que os Estados aproveitam o potencial que existe para a realização de investimentos em infraestrutura por meio de concessões e PPPs?



**3** Você considera que os municípios aproveitam o potencial existente em nível federativo para a realização de investimentos em infraestrutura por meio de concessões e de PPPs?



## Em todas as esferas, prevalece a percepção de que há espaço para fazer mais em relação ao apoio a entes federativos.

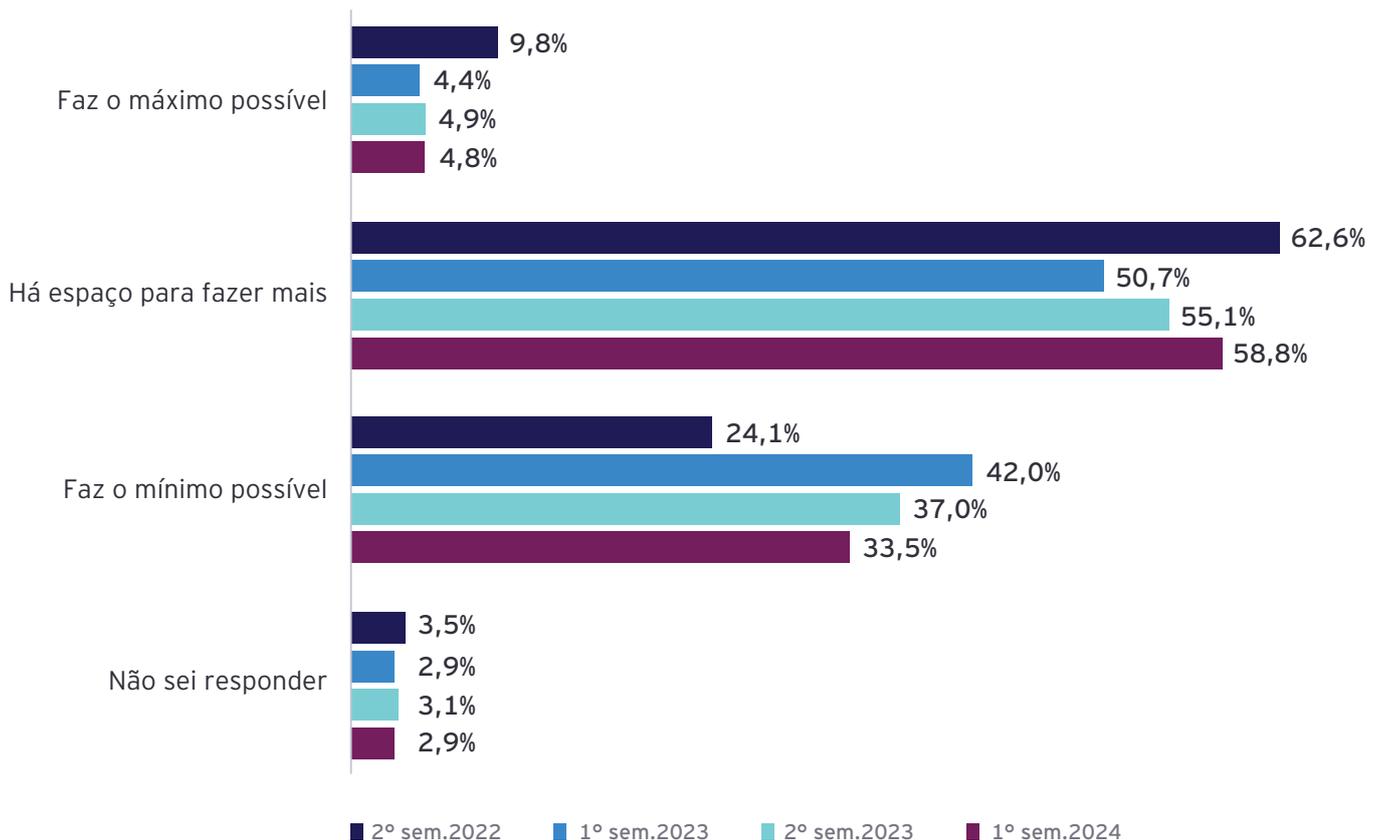
No que se refere à dimensão do apoio do governo federal junto aos entes subnacionais e dos estados junto aos municípios para o desenvolvimento de concessões e PPPs locais, prevalece a percepção de que há espaço para fazer mais dentro dos limites constitucionais.

A análise da atuação do Governo Federal revela uma leve queda (33,5% ante 37,0% no 2º semestre de 2023) do público que considera mínimo o esforço da União nesse sentido, o que parece revelar

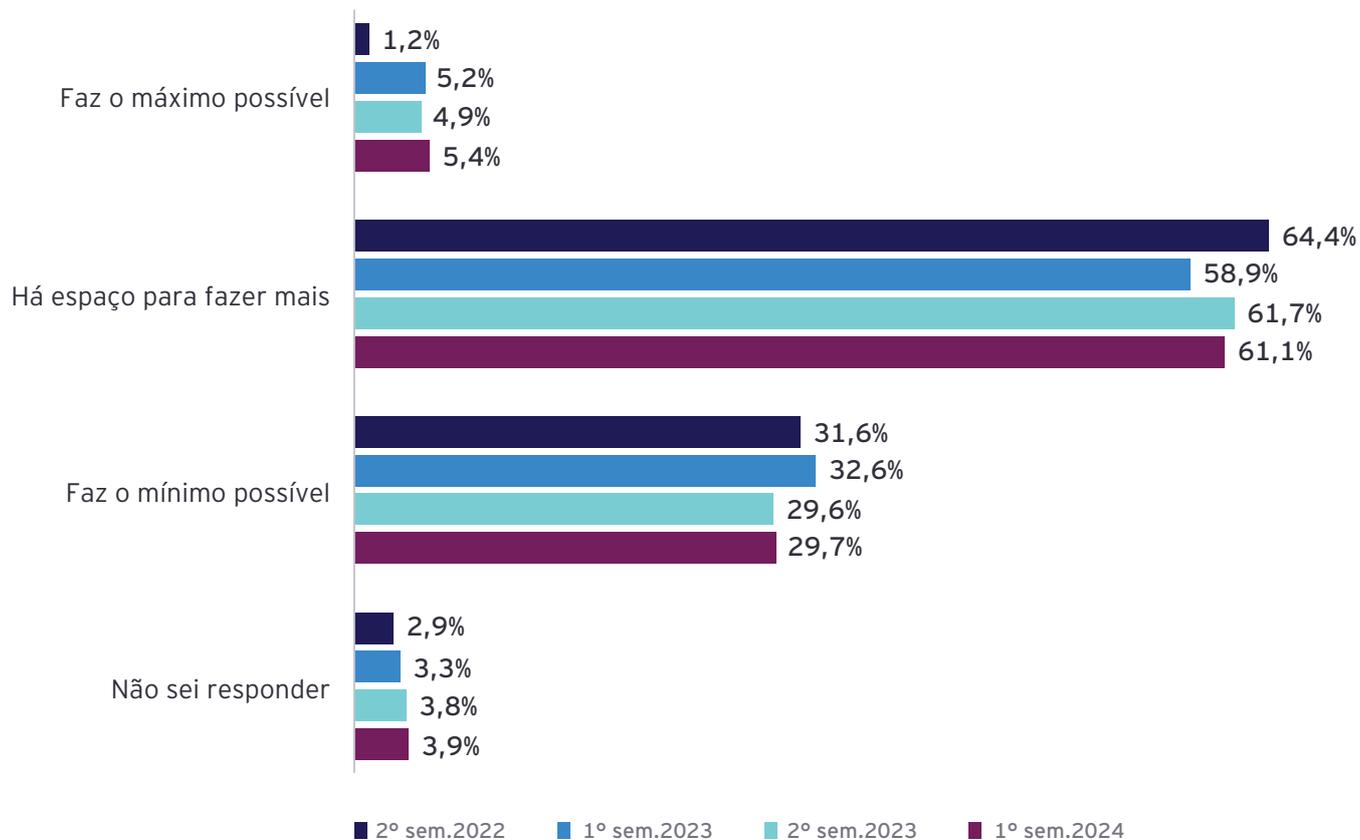
certo reconhecimento da atuação da esfera federal junto a entes subnacionais. No entanto, a maior parcela dos entrevistados, 58,8%, considera que há espaço para a União fazer mais.

Constata-se ainda a percepção de que há espaço para fazer mais na atuação dos Governos Estaduais junto aos municípios, sendo pouco expressivo o percentual dos que consideram que é feito o máximo possível. O resultado é praticamente o mesmo verificado na edição anterior da pesquisa.

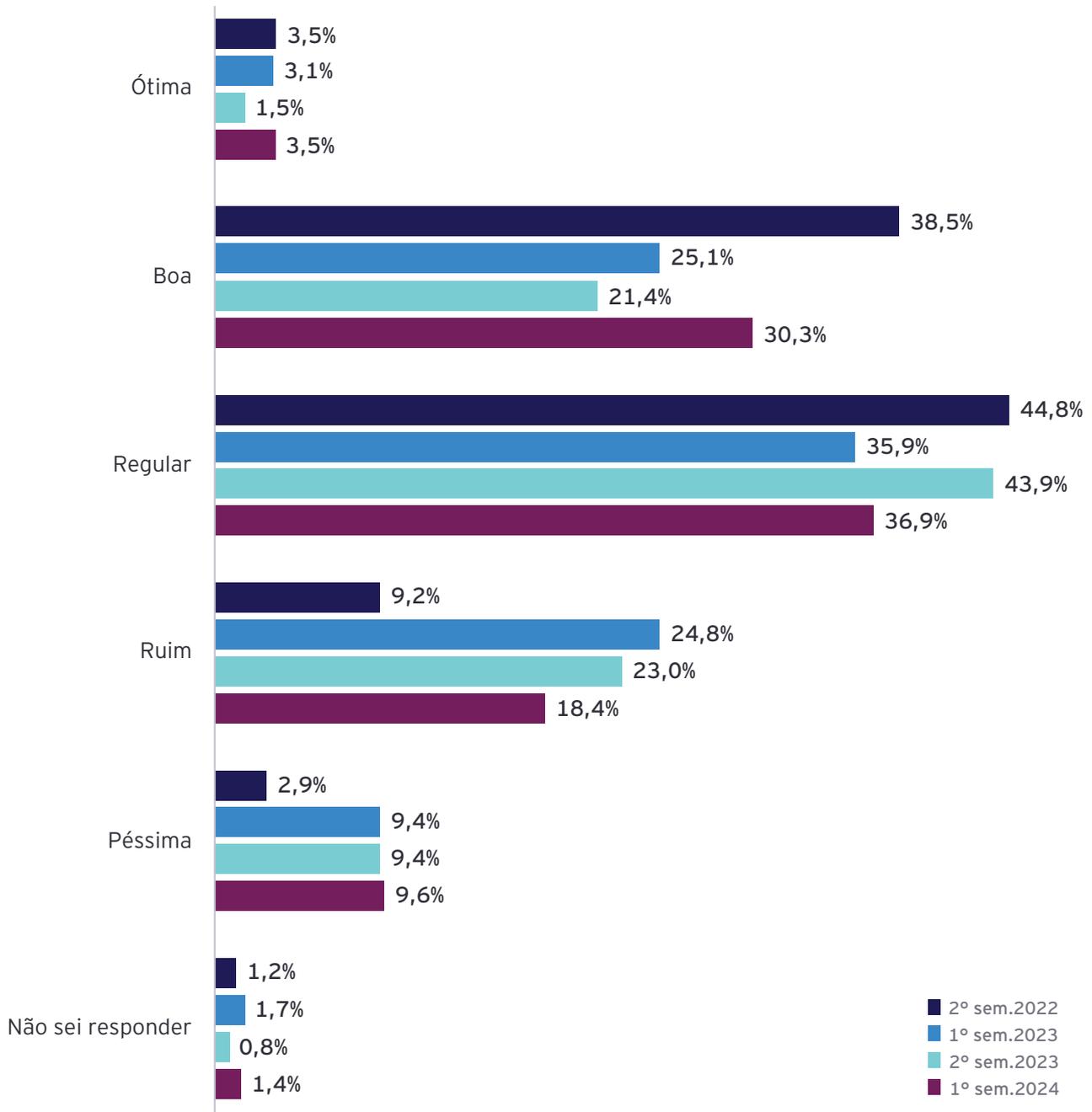
### 4 Como você avalia o apoio da União na promoção de investimentos em infraestrutura por meio de concessões e PPPs em estados e municípios?



**5** Como você avalia o apoio dos estados na promoção de investimentos em infraestrutura por meio de concessões e PPPs nos municípios?



## 6 Como você avalia o grau de segurança jurídica para investimentos em concessões e PPPs no segmento de infraestrutura no Brasil?



Houve uma redução expressiva, maior que 20% (ou cerca de 5 p.p.), entre aqueles que entendem como “ruim” a segurança jurídica no país para investimentos em concessões em PPP, ao mesmo tempo em que a percepção considerada “boa” cresceu aproximadamente 50%, indo de 21,4% dos participantes na edição anterior do barômetro para 30,3% na edição atual. Com isso, a soma daqueles que consideram o grau de segurança jurídica “ruim” ou “péssimo” foi de 28,0%, frente a 33,8% daqueles que consideram “ótima” e “boa”.

Cabe ressaltar que o percentual daqueles que consideram o grau de segurança jurídica regular diminuiu 7 pontos percentuais, mas, ainda assim, manteve-se como o maior percentual de votação da pesquisa. Esses resultados evidenciam que, apesar da melhora substantiva da percepção favorável ao grau de segurança jurídica, ainda prevalece uma visão menos favorável junto a uma parcela maior dos entrevistados: 64,9% apontam a segurança jurídica como “regular”, “ruim” ou “péssima”.



# 4

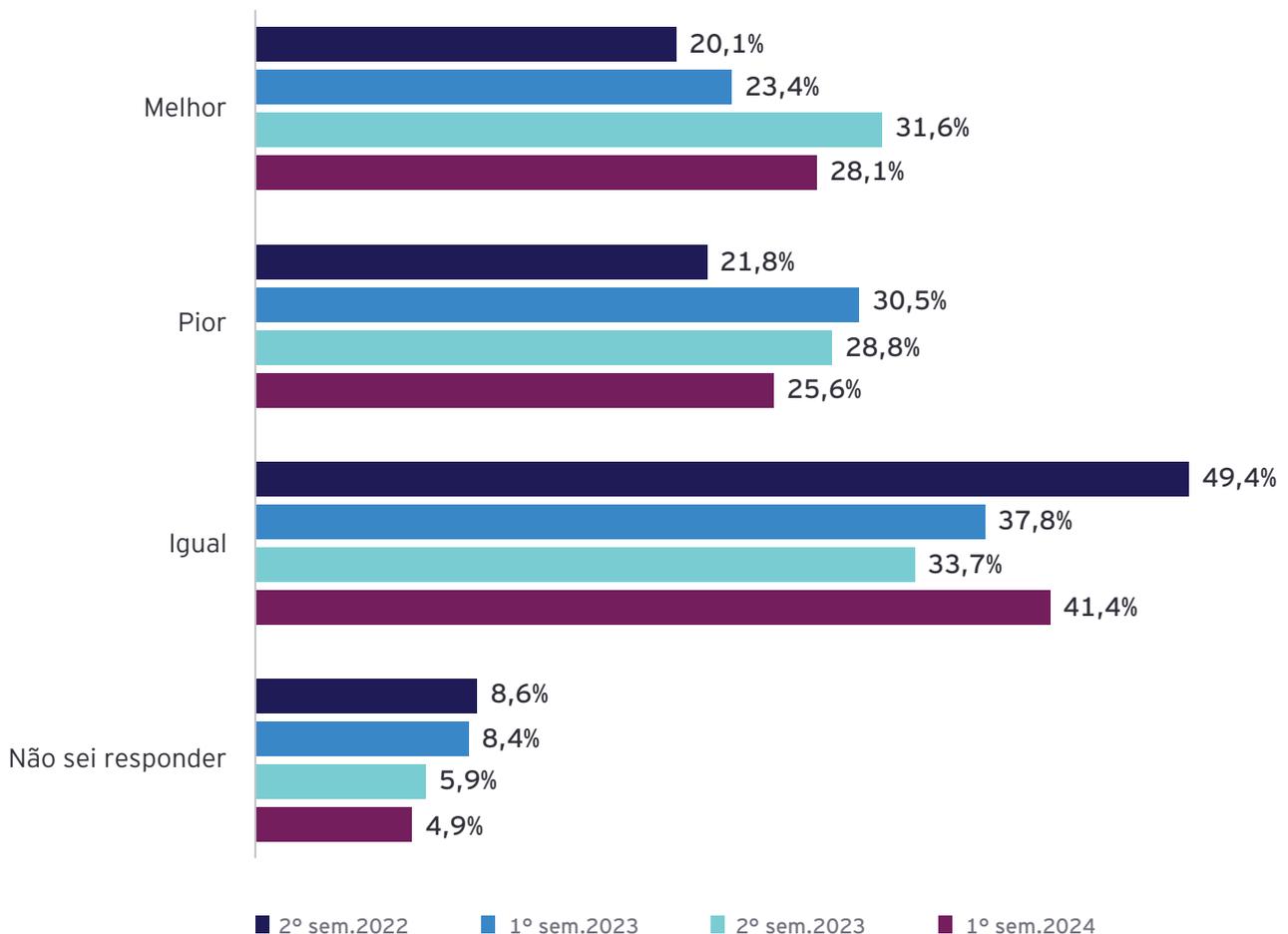
## Relacionamento entre os Poderes e instituições públicas

## Aumenta a parcela dos entrevistados que não visualizam alteração no relacionamento entre o Poder Executivo e os órgãos de controle nos últimos 12 meses.

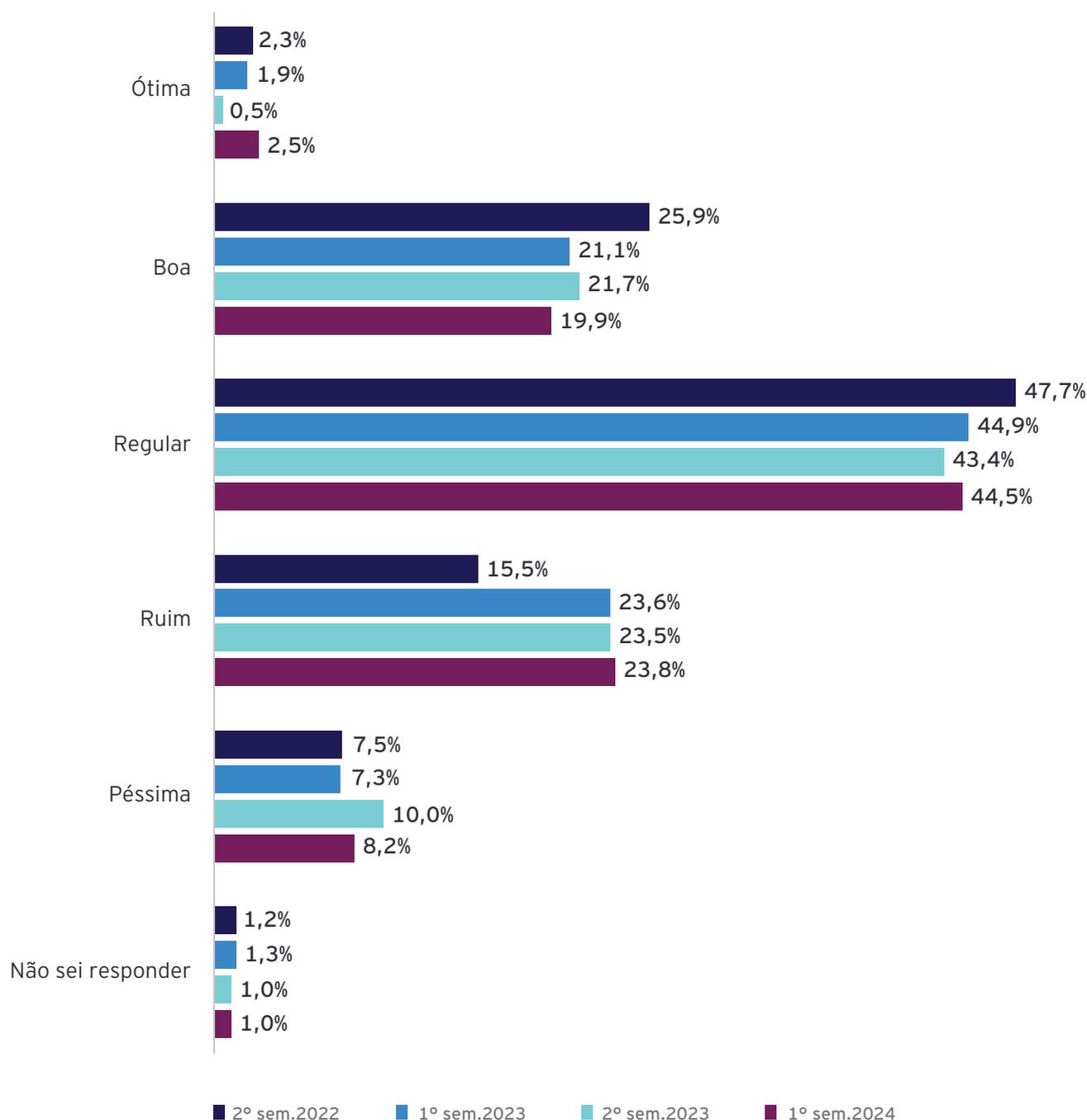
O cenário atual ainda mostra uma predominância da percepção de que a situação mantém-se igual (41,4%) no relacionamento entre o Poder Executivo e as instituições de controle, quando comparado à pesquisa do 2º semestre de 2023.

Nota-se ainda uma simultânea diminuição do percentual daqueles que visualizam um aumento na qualidade do relacionamento entre o Poder Executivo e das respostas que consideram pior o relacionamento entre as instituições.

### 1 Como você avalia o relacionamento entre o Poder Executivo e órgãos de controle atualmente em comparação aos 12 meses anteriores?



## 2 Como você classificaria a atuação dos órgãos de controle no cumprimento de suas competências naquilo que tange à infraestrutura?



A atuação eficiente e equilibrada dos órgãos de controle é imprescindível para o desenvolvimento da infraestrutura no Brasil. Entre os entrevistados, assim como nas pesquisas anteriores, prevalece a percepção que essas instituições têm mantido uma atuação apenas regular no cumprimento das competências que lhes cabem.

É importante destacar que a parcela daqueles que consideram a atuação dos órgãos de controle “ótima” aumentou, atingindo o maior patamar das últimas três pesquisas, mas a avaliação “boa” caiu quase 2 pontos percentuais. As avaliações “ruim” ou “péssima” somadas atingiram 32,0% frente aos 22,4% daqueles que avaliam como ótima ou boa nesta pesquisa.



5

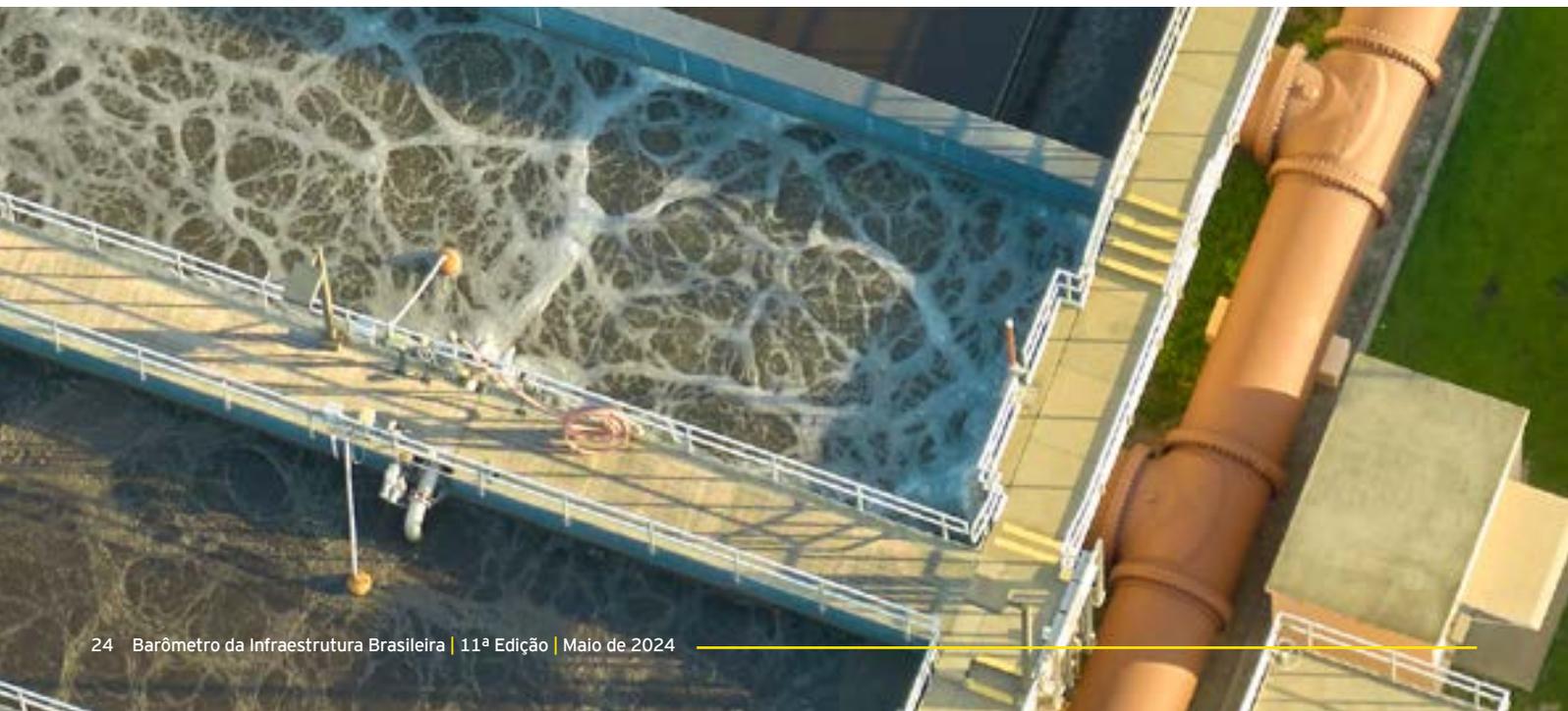
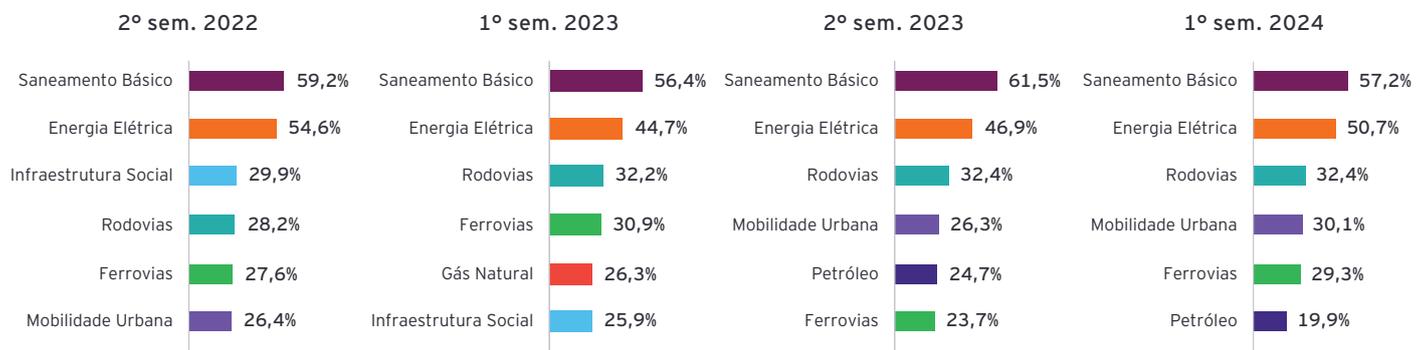
Ambiente para  
investimentos

## Pela sexta edição consecutiva, o setor de Saneamento Básico vem liderando as pesquisas, com potencial de intenções de investimento nos próximos anos.

O setor de Saneamento Básico mantém, de forma consistente, a liderança entre aqueles que, na percepção dos executivos de infraestrutura, deverão receber mais investimentos nos próximos três anos. Quando comparado às pesquisas anteriores, houve leve queda no percentual das intenções de investimento nesse setor, o que pode ser justificado pelo aumento das intenções de investimento no setor de Energia Elétrica, que completa o pódio com o setor de Rodovias, ambos mantendo a posição da pesquisa anterior.

Em relação às pesquisas anteriores, nota-se ainda que as expectativas atuais dos empresários alteraram-se, de modo que o setor de Infraestrutura Social mais uma vez não apareceu entre os seis primeiros colocados. Quando comparadas a pesquisa atual com a do 2º semestre de 2023, o ranking apresentou apenas uma troca de posições entre os setores de Ferrovias e Petróleo. Além disso, o setor de Mobilidade Urbana segue crescendo em seu percentual de intenções de investimento, com 30,1% este semestre ante 26,3% na pesquisa do 2º semestre de 2023, ocupando pela 2ª vez consecutiva a 4ª posição.

### 1 Aponte três setores que você entende que haverá aumento de intenções de investimento nos próximos três anos.

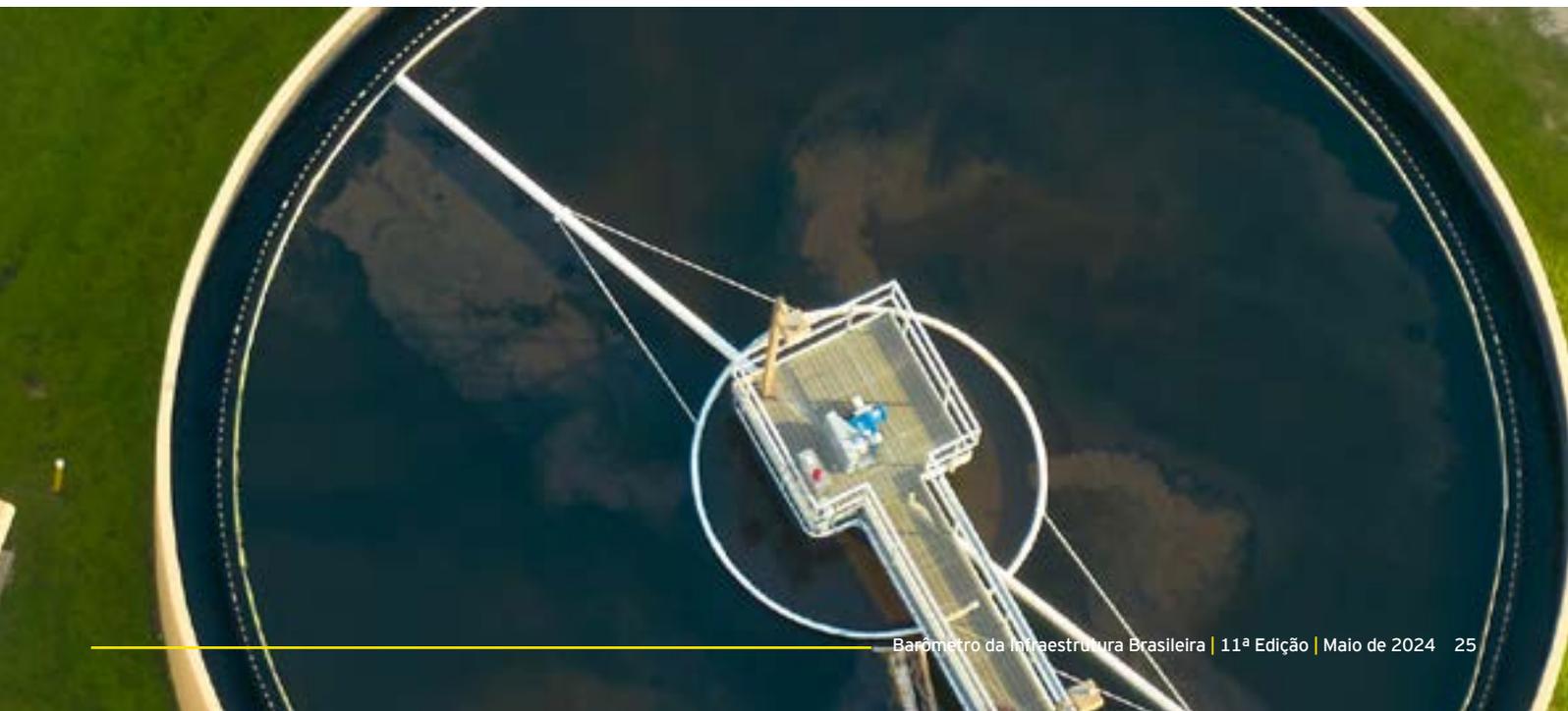
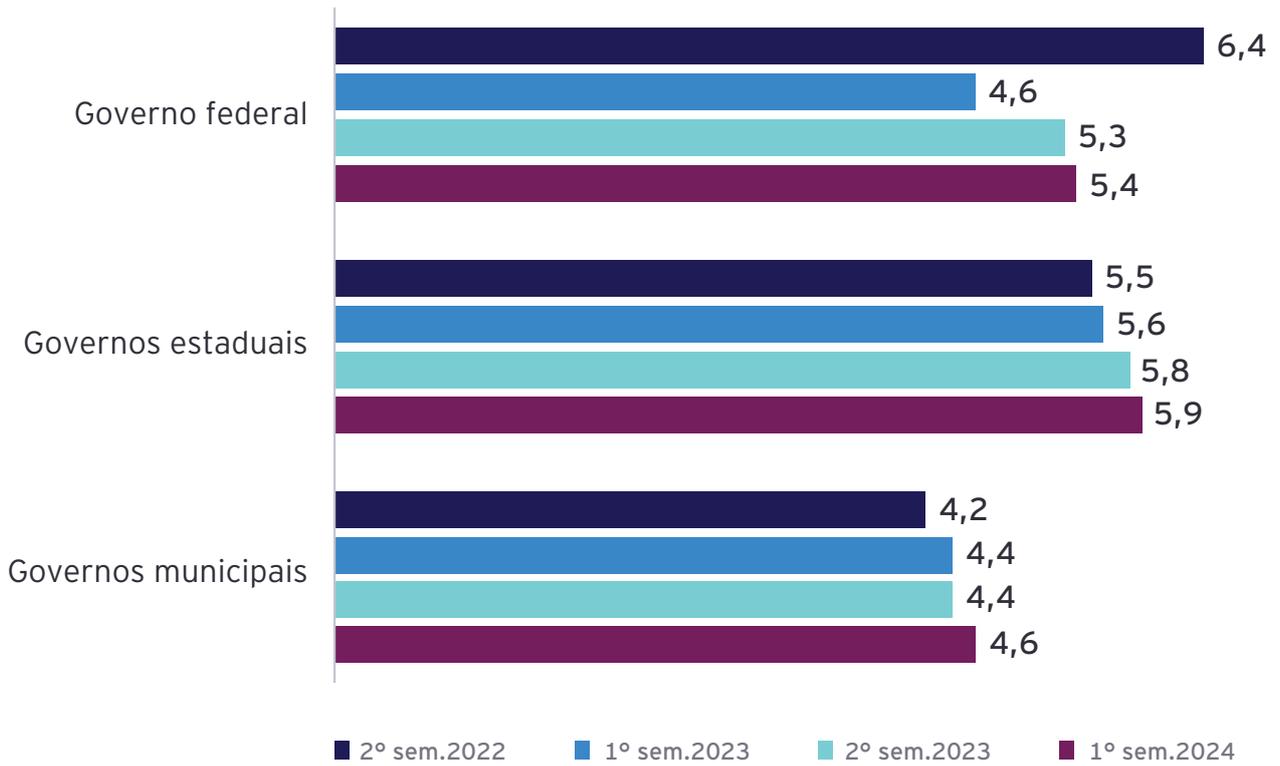


Os Governos Estaduais mantêm a liderança como esfera administrativa que melhor adotou decisões

significativas para a promoção de investimentos em infraestrutura nos últimos seis meses.

**2 O quanto os governos adotaram decisões importantes para a promoção de investimentos em infraestrutura nos últimos seis meses?**

Número entre 0 e 10, em que 0 representa nenhuma ação importante e 10 significa muitas ações importantes

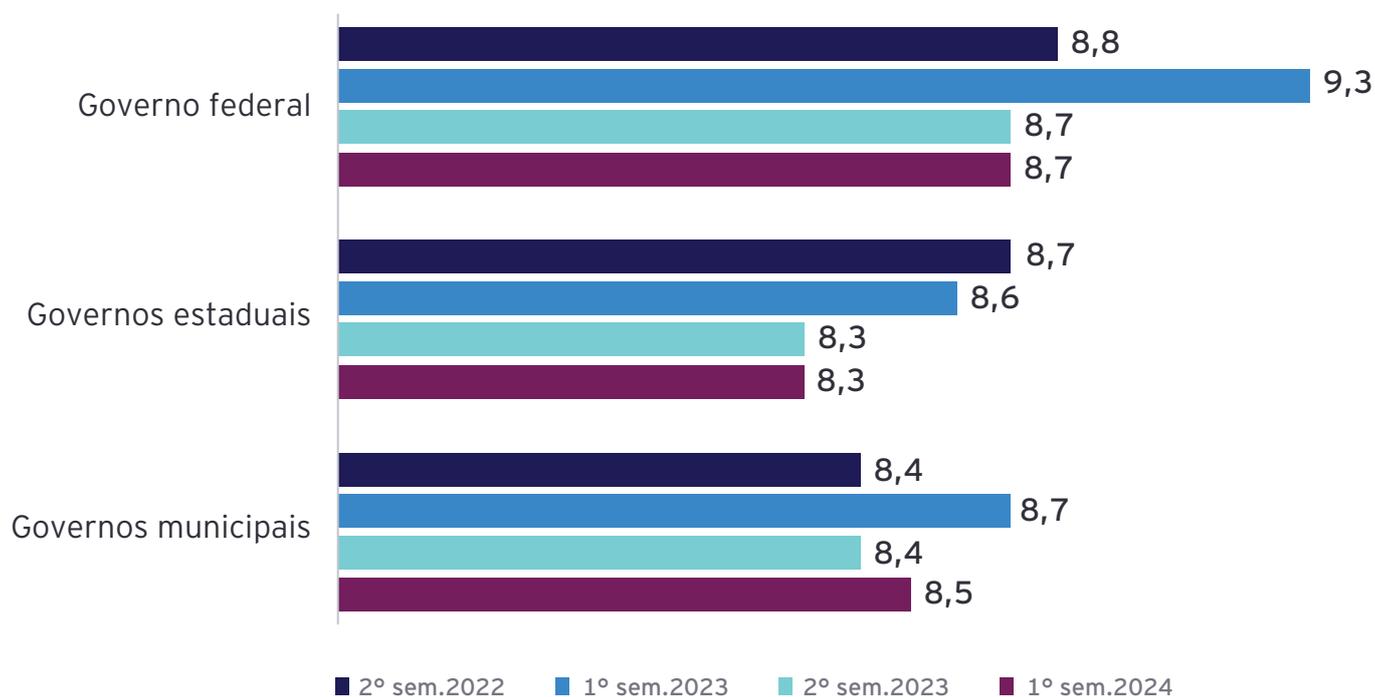




Em comparação à pesquisa anterior, ainda há uma percepção significativa do mercado de que o Governo Federal é o ente que precisa esforçar-se mais para promover investimentos em infraestrutura. No entanto, estados e municípios têm indicadores similares ao Governo Federal.

**3 O quanto cada esfera administrativa precisa esforçar-se nos próximos seis meses para a promoção de investimentos em infraestrutura?**

Número entre 0 e 10, em que 0 equivale a nenhum esforço adicional e 10 significa muito esforço adicional.

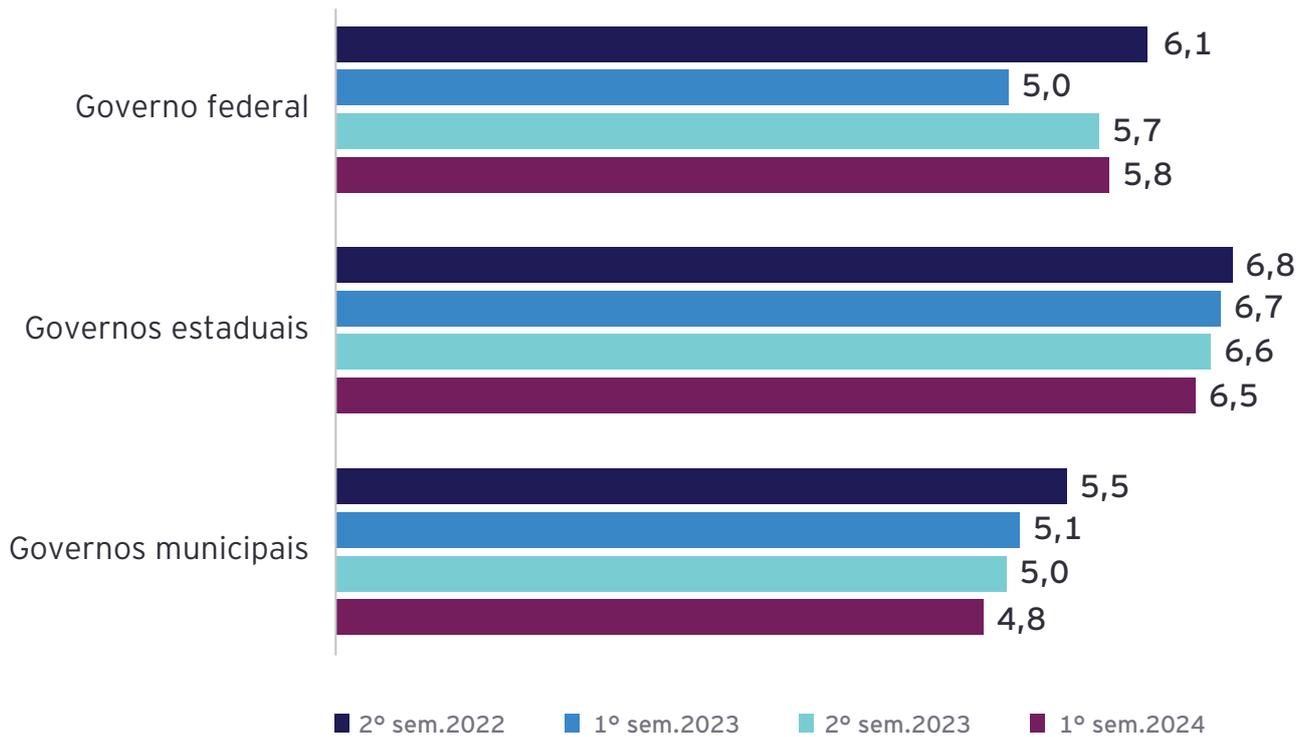


Pela quarta vez consecutiva, a expectativa do mercado sobre o potencial de concessões e PPPs nos níveis estaduais é superior à do Governo Federal, o que demonstra uma consolidação da percepção de

que as agendas estaduais para concessões e PPPs são mais efetivas se comparadas com as de outros entes federativos.

#### 4 Qual é o potencial para ocorrerem concessões e PPPs de infraestrutura nos próximos seis meses nos seguintes entes federativos?

Número entre 0 e 10, em que 0 equivale a nenhum potencial e 10 significa que muito potencial.



## Mercado de Créditos de Carbono - Perspectivas e Integração com a Infraestrutura Brasileira

Os créditos de carbono são permissões negociáveis que representam a remoção ou a não emissão de uma tonelada de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) ou de um equivalente a outros gases causadores do efeito estufa. Eles funcionam como uma medida para incentivar organizações e países a reduzirem suas emissões, pois, uma vez que a capacidade de emissão é limitada por cotas, as empresas que emitirem menos do que sua cota poderão vender o excedente no mercado, enquanto aquelas que a excederem precisarão comprar créditos para compensar suas emissões. Este mecanismo proporciona um meio de monetizar as reduções de emissões e promover tecnologias sustentáveis.

Em um contexto de crescente consciência ambiental, o mercado de créditos de carbono surge como um importante instrumento no combate às mudanças climáticas. Este mercado apoia-se em dois pilares de precificação de carbono<sup>1</sup>: o tributo sobre o carbono, que impõe uma taxa sobre as emissões de gases de efeito estufa, e o Sistema de Comércio de Emissões (ETS), que funciona segundo o princípio de “*cap and trade*”<sup>2</sup>.

No ETS, as empresas recebem ou adquirem cotas de emissão alinhadas a um limite máximo predefinido. Aquelas que conseguem reduzir suas emissões além da cota são incentivadas a transacionar o excedente, estimulando, assim, uma economia voltada para a descarbonização. O sistema tem como base a unidade universal de transação: a tonelada de dióxido de carbono equivalente (tCO<sub>2</sub>e).

A relevância do mercado de créditos de carbono é intensificada pela sua capacidade de converter o impacto ambiental em indicadores econômicos, estimulando práticas corporativas sustentáveis e investimentos verdes.

## A Regulamentação do Mercado de Créditos de Carbono no Brasil

A legislação brasileira contempla a criação de um sistema de comércio de emissões de carbono estruturado, ainda em discussão no Congresso em diversos Projetos de Lei (PLs). Com a necessidade de uma proposta unificada e a subsequente regulamentação presidencial, busca-se alinhar a operação do mercado com os requisitos constitucionais. As estruturas de governança propostas variam, incluindo organismos vinculados ao setor financeiro, comitês interministeriais e órgãos consultivos compostos tanto por agentes das esferas governamentais como da sociedade civil.

Para garantir a precisão na contabilização das emissões, é necessário implementar um sistema robusto de monitoramento, relatório e verificação (MRV)<sup>3</sup>. Essa proposta visa estabelecer um banco nacional de dados de fatores de emissão, o qual permita cálculos uniformes e a disponibilização de dados confiáveis. O estabelecimento de um MRV deve preceder a ativação do ETS, ajudando a estabelecer metas realistas de conformidade. Esses processos devem ser geridos por um órgão regulador específico, ainda a ser criado por legislação federal.

Discute-se também a inclusão de mecanismos de *offset*<sup>4</sup> no sistema de comércio de emissões, embora exista um debate sobre a proporção adequada desses instrumentos a serem integrados. PLs sugerem percentuais de utilização que variam significativamente, reconhecendo a importância do mercado voluntário. Ademais, a experiência prática de projetos na América Latina é um valioso aprendizado no processo de precificação de carbono, e que o Brasil, como um dos líderes regionais, deve manter flexibilidade em seu marco regulatório para permitir futuras adaptações e inovações.

1. ICC Brasil. Relatório 2023. [https://www.iccbrasil.org/wp-content/uploads/2023/11/SUMARIO\\_ICCBBR\\_2023\\_PT.pdf](https://www.iccbrasil.org/wp-content/uploads/2023/11/SUMARIO_ICCBBR_2023_PT.pdf). Acesso em 15/04/2024.
2. O *cap and trade* é um sistema que faz parte do mercado de carbono e tem como objetivo a limitação das emissões de gases do efeito estufa por meio da precificação. Dessa forma, ele consiste em uma ferramenta para controlar as mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, movimentar a economia.
3. ICC Brasil. Relatório 2023. [https://www.iccbrasil.org/wp-content/uploads/2023/11/SUMARIO\\_ICCBBR\\_2023\\_PT.pdf](https://www.iccbrasil.org/wp-content/uploads/2023/11/SUMARIO_ICCBBR_2023_PT.pdf). Acesso em 15/04/2024.
4. O *offset* de carbono, também conhecido como compensação de carbono, é uma estratégia que visa neutralizar as emissões de gases de efeito estufa (principalmente dióxido de carbono - CO<sub>2</sub>) geradas por empresas, eventos ou indivíduos.

## Precificação e Dinâmica de Negociações no Mercado de Créditos de Carbono

O mercado de créditos de carbono distingue-se pelo modo como pode ser ajustado conforme a necessidade de atingir metas de descarbonização. O reinvestimento de receitas provenientes de ETS e impostos sobre o carbono em investimentos verdes e compensações socioambientais reflete o reconhecimento internacional de sua valoração.

Na esfera global, a sinergia entre ETS e os mecanismos regulados pela *United Nations Framework Convention on Climate Change* (UNFCCC), em complemento ao mercado de carbono voluntário, é fundamental para assegurar a integridade e a efetividade das metas internacionais de emissões, prevenindo compensações duplicadas.

## Exemplos Setoriais de Integração do Mercado de Créditos de Carbono na Infraestrutura Brasileira

Há mais de duas décadas, o Brasil vem incorporando a utilização de créditos de carbono ao seu arcabouço de infraestrutura, identificando-o não somente como um vetor de crescimento econômico, mas também de sustentabilidade. À medida que a procura internacional por soluções verdes aumenta, oportunidades surgem no Brasil para ampliar a participação do país nesse segmento.

As modalidades de PPPs e Concessões proporcionam alternativas mais eficientes tecnicamente e com melhor distribuição de riscos no desenvolvimento de projetos ambientalmente responsáveis, facilitando a incorporação de tecnologias avançadas e de gestão especializada.

Um dos primeiros projetos brasileiros a integrar infraestrutura e sustentabilidade por meio de créditos de carbono foi o Projeto NovaGerar<sup>5</sup>, um aterro sanitário em Nova Iguaçu/RJ, é um destaque na integração de infraestrutura com sustentabilidade. Esta concessão, operada desde 2003 conjuntamente pela Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental S.A e a Allcot AG, foi pioneira no setor de créditos de carbono, sendo certificada pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)<sup>6</sup>.

Nesse âmbito, é possível mencionar também o projeto do complexo eólico de Cerro Chato, administrado pela Eletrosul. A inauguração ocorreu em junho de 2012 em Santana do Livramento no Rio Grande do Sul (RS) e foi fruto da parceria envolvendo o Governo Federal<sup>7</sup>, a Livramento Holding S.A e a WayCarbon Soluções Ambientais e Projetos de Carbono Ltda. A proposta, por sua vez, se caracterizou como parte integrante do rol de ações de desenvolvimento sustentável incorridas no espectro nacional através do MDL.

Mais recentemente, em 2022, o Banco Mundial e o Banco do Brasil formalizaram uma parceria disponibilizando até USD 500 milhões a serem destinados para empresas, produtores rurais e projetos de infraestrutura que fomentem a redução de gases de efeito estufa e/ou créditos de carbono, bem como aumentar o acesso dos projetos brasileiros ao mercado mundial de créditos de carbono<sup>8</sup>. Também no referido ano, a AES Brasil, que até então havia vendido mais de 465 mil créditos de carbono provenientes dos parques eólicos de Mandacaru e Salinas, Pernambuco, anunciou planos de comercializar 2,8 milhões de créditos adicionais originados a partir de suas operações em energias eólica e solar no país<sup>9</sup>.

5. Portal de Periódicos Eletrônicos da UFRN. NovaGerar: experiência pioneira do Brasil no MDL - <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3285> e <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3285/2673>. Acesso em 22/04/2024.

6. O MDL é um dos mecanismos estabelecidos pelo Protocolo de Quioto com o objetivo de incentivar a redução das emissões de gases de efeito estufa. Por meio do MDL, países em desenvolvimento podem implementar projetos que reduzam emissões, gerando Reduções Certificadas de Emissão (RCEs), que podem ser vendidas para países desenvolvidos, ajudando-os a cumprir suas metas de redução.

7. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Governador inaugura Complexo Eólico Cerro Chato em Santana do Livramento. Disponível em <https://www.estado.rs.gov.br/governador-inaugura-complexo-eolico-cerro-chato-em-santana-do-livramento>. Acesso em 17/04/2024.

8. Banco Mundial. Banco Mundial e Banco do Brasil assinam acordo sobre mercado de carbono. 2022. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/183307-banco-mundial-e-banco-do-brasil-assinam-acordo-sobre-mercado-de-carbono#:~:text=A%20inten%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20destinar%20os%20recursos%20para%20empresas%2C,mercados%20de%20cr%C3%A9dito%20de%20carbono%20nacionais%20e%20internacionais>. Acesso em 22/04/2024.

9. EPBR. AES Brasil quer comercializar mais 2,8 milhões de créditos de carbono com eólica e solar. 2022. <https://epbr.com.br/aes-brasil-quer-comercializar-mais-28-milhoes-de-creditos-de-carbono-com-eolica-e-solar/>. Acesso em 22/04/2024.

# 6

## Contexto Atual: Nova Indústria Brasil, Transição Energética, Eleições Municipais, Reforma Tributária e Financiamentos

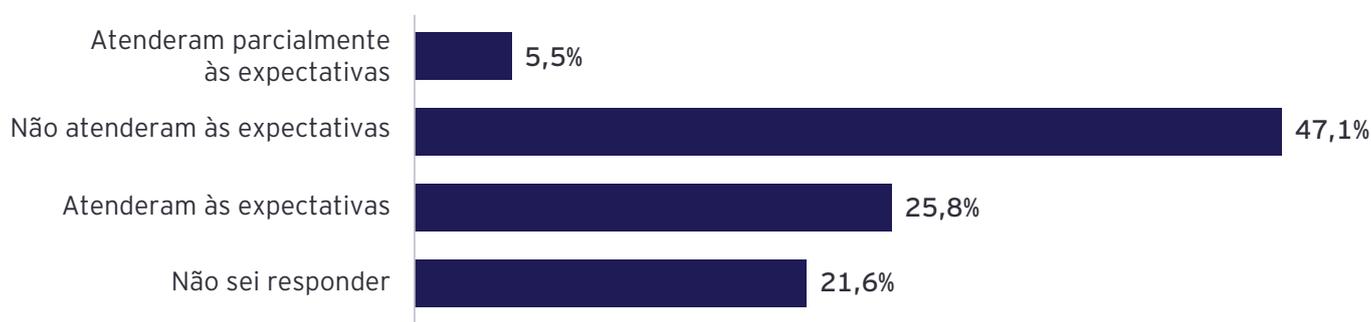


## Há grande expectativa do público sobre o Nova Indústria Brasil (NIB).

O NIB pretende fomentar o crescimento da indústria do país até 2033. A iniciativa prevê a aplicação de políticas convencionais como concessão de subsídios, oferta de empréstimos com taxas reduzidas e incremento no aporte de recursos federais. Adicionalmente, serão incorporados benefícios fiscais e fundos dedicados para promover

determinados segmentos econômicos. Os focos do programa incluem a promoção de autonomia, o avanço sustentável e a revitalização do setor industrial, particularmente em áreas como agroindústria, saúde, infraestrutura urbana, tecnologia da informação, bioeconomia e defesa.

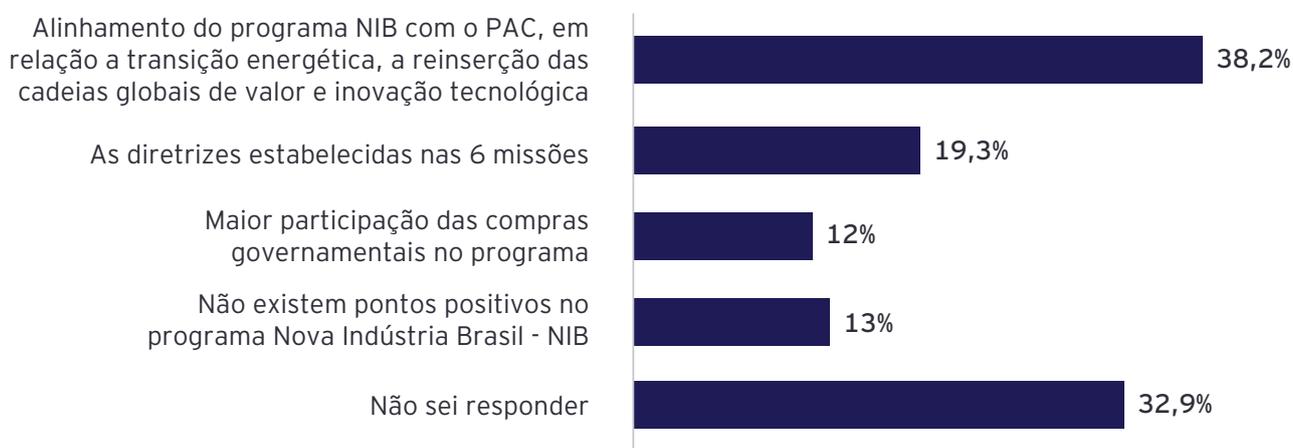
### 1 Você acredita que as medidas e propostas no programa NIB:



A parcela mais expressiva dos entrevistados (47,1%) apontou que as medidas e propostas do NIB não atendem às expectativas, enquanto uma parte menor (25,8%) acredita que o programa atendeu às expectativas de desenvolvimento de acordo

com as propostas que nele constam. Verifica-se uma avaliação polarizada do programa e um possível desconhecimento do setor sobre o NIB, refletido no alto percentual de participantes que apontaram a opção “não sei responder”.

### 2 Na sua avaliação quais são os pontos mais positivos do programa NIB (podem ser escolhidas múltiplas opções)?



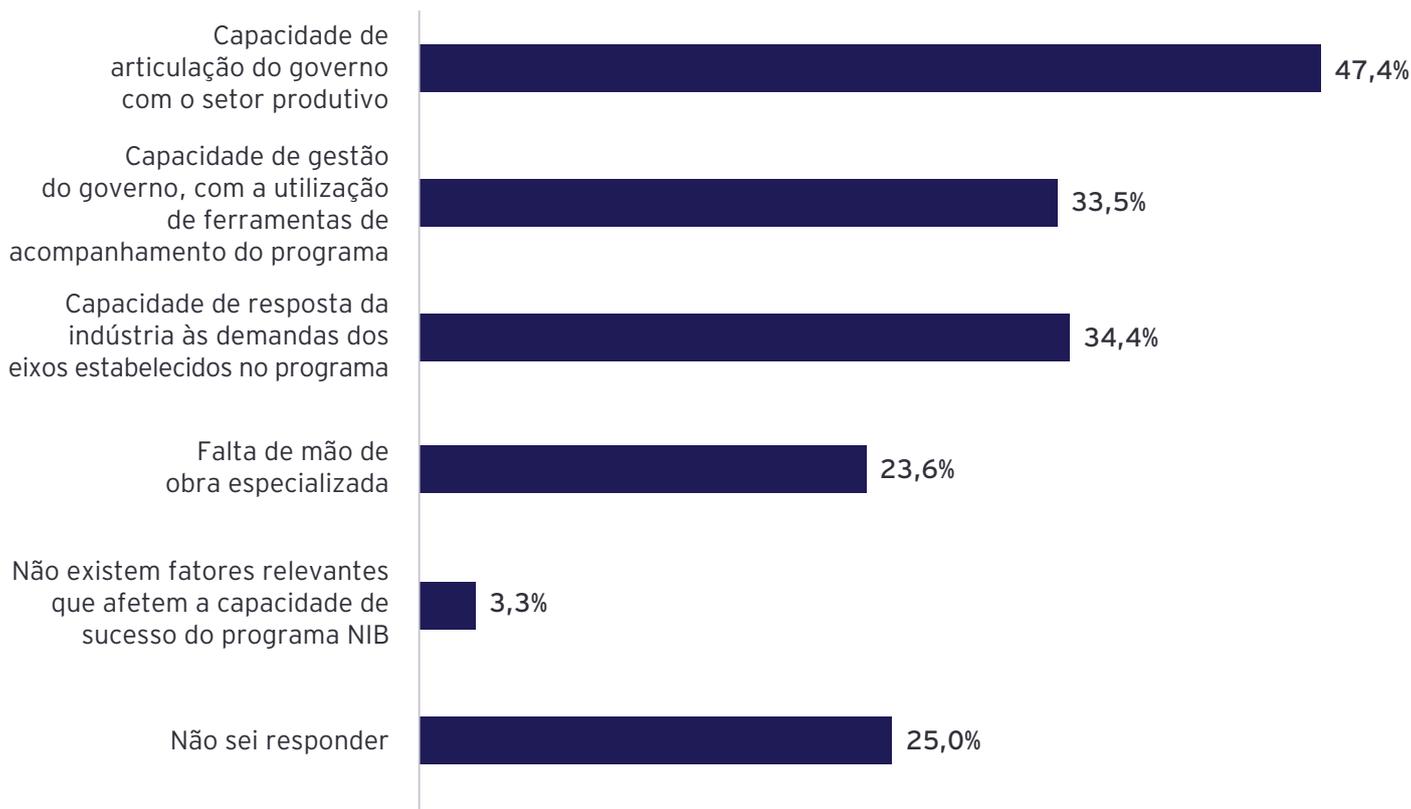


Com o predomínio da percepção de que o NIB está alinhado ao PAC em relação às iniciativas de reinserção nas cadeias globais de valor, inovação tecnológica e transição energética, os participantes também consideram que as diretrizes estabelecidas nas missões do programa são os pontos mais positivos da proposta para a economia brasileira.

Dentre os entrevistados, 13% consideraram que não existem pontos positivos no programa NIB, enquanto a maior participação das compras governamentais no programa teve a quarta maior incidência (12,0%) dentre as opções escolhidas pelos

participantes. O fato de que 32,9% não souberam responder indica que, possivelmente, as iniciativas previstas no NIB ainda não são conhecidas por boa parte do setor de infraestrutura.

### 3 Para o sucesso do programa NIB, quais são os pontos mais fundamentais (podem ser escolhidas múltiplas opções)?



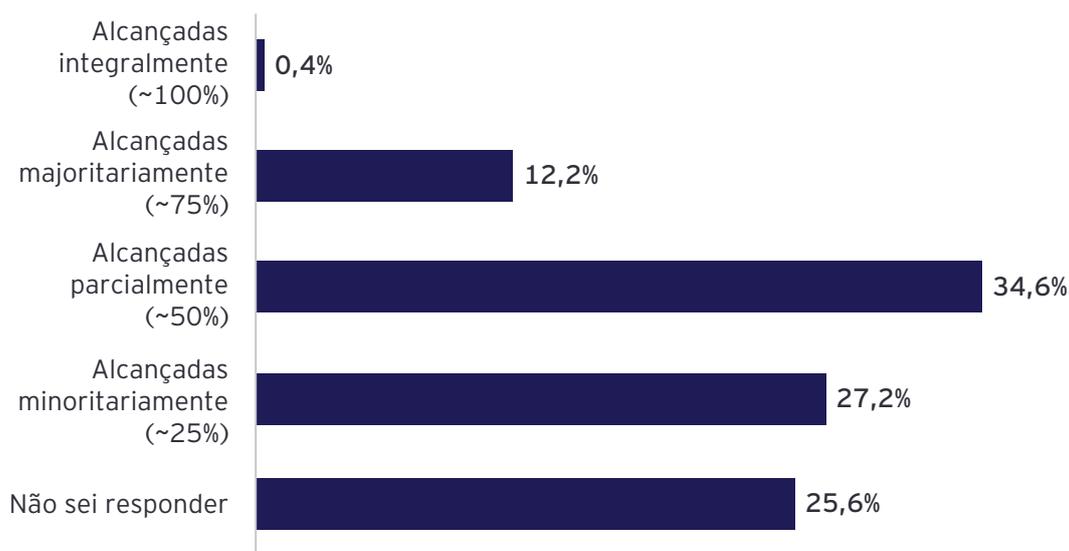
O resultado da pesquisa demonstra que o sucesso do programa NIB depende fortemente da colaboração entre governo e setor produtivo (47,4%) e de uma gestão governamental eficaz (33,5%). A adequação da indústria às demandas do programa e o

enfrentamento da escassez de mão de obra qualificada são também aspectos críticos, apontados, respectivamente, por 34,4% e 23,6% dos entrevistados. Enquanto poucos indicaram não existirem fatores relevantes para o sucesso do NIB (3,3%), um quarto dos participantes da pesquisa não soube opinar.

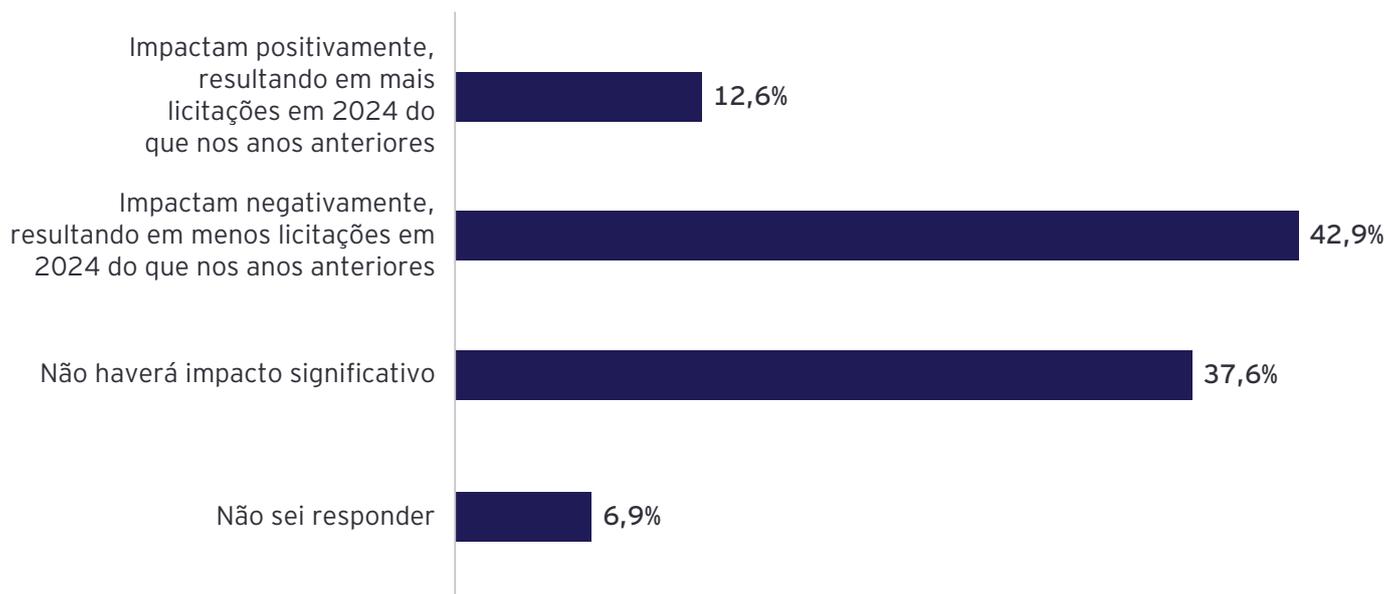
Em relação às expectativas sobre o cumprimento das metas do programa NIB, apenas 0,4% acreditam que serão alcançadas integralmente, enquanto 12,2% esperam que sejam atingidas majoritariamente. A maior incidência de respostas, 34,6%,

prevê um alcance parcial das metas e 27,2% estimam um cumprimento minoritário. Verifica-se, mais uma vez, que cerca de um quarto dos entrevistados não foi capaz de opinar sobre o possível alcance das metas do programa.

#### 4 Você acredita que as metas do programa NIB serão:



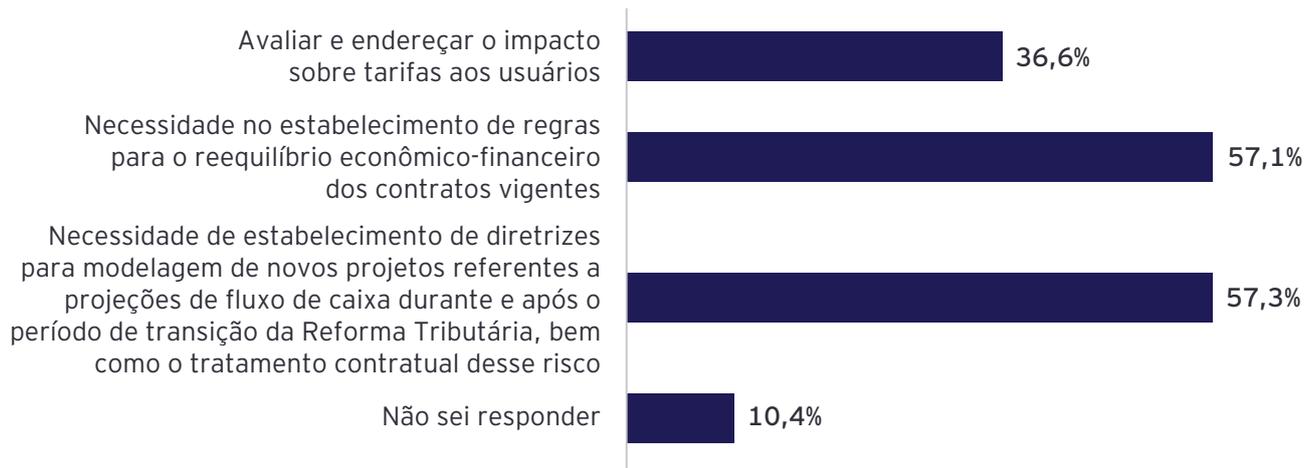
**5 Em 2024 teremos as eleições municipais, como você avalia o impacto das eleições em novas Concessões e PPPs municipais?**



À medida que se aproxima o ano eleitoral de 2024, perspectivas sobre o impacto das eleições municipais nas concessões e PPPs estão divididas: 42,9% esperam uma influência negativa com menos licitações devido à incerteza política, enquanto 37,6%

não antecipam grandes mudanças. Menos de 13% dos participantes acreditam que o ano eleitoral municipal possa ser mais positivo para a agenda de concessões e PPPs.

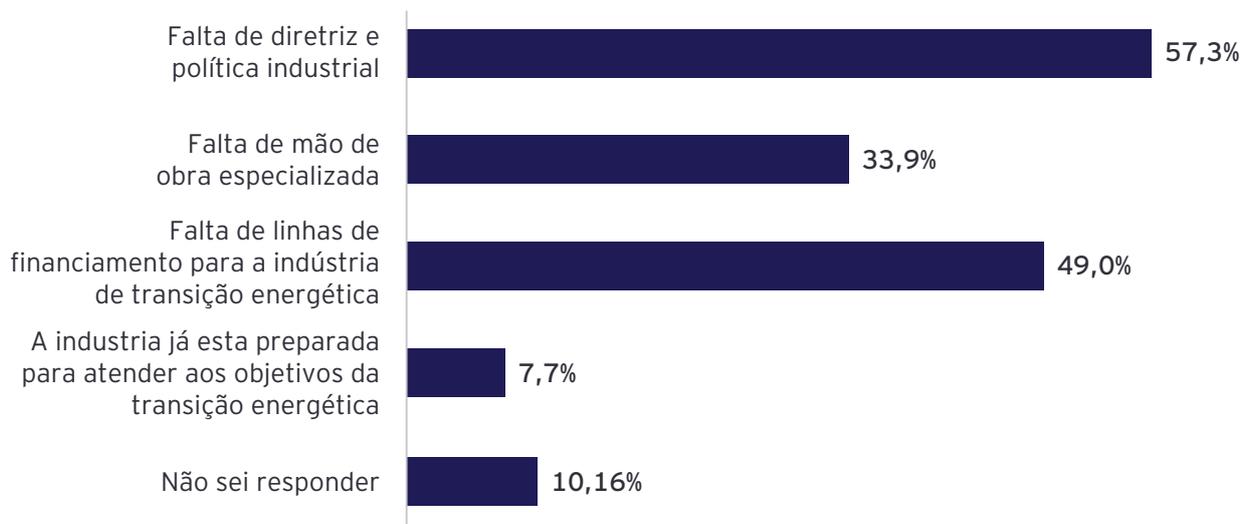
**6 A reforma tributária terá impacto nas concessões e PPPs. Quais os principais desafios do processo de regulamentação da reforma tributária (podem ser escolhidas múltiplas opções)?**



A regulamentação da reforma tributária apresenta desafios significativos para as concessões e PPPs: 57,3% veem a necessidade de definir diretrizes para a modelagem de novos projetos durante a transição dos regimes tributários; 57,1% destacam

a importância de estabelecer regras claras para o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos em vigor e 36,6% ressaltam o impacto sobre tarifas aos usuários finais.

**7** Quais são os principais desafios da indústria em relação a transição energética (podem ser escolhidas múltiplas opções)?



A maior parcela das respostas (57,3%) indica que faltam diretrizes e políticas industriais efetivas, ao passo que 49,0% apontam para a falta de linhas de financiamento para a indústria de transição energética e, 33,9%, indicam ausência de mão de obra especializada.



O cenário é de preocupação quanto aos desafios da indústria em relação à transição energética do país, uma vez que se aponta carência de políticas e infraestrutura adequadas para o processo.

**8** Quais novos padrões de financiamento contribuirão para incentivar o crescimento dos investimentos em infraestrutura (podem ser escolhidas múltiplas opções)?



A fim de impulsionar o crescimento dos investimentos em infraestrutura, novas abordagens de financiamento estão emergindo: a redução das taxas de juros é vista como fator crucial por 64,2% dos respondentes. Já 59,8% acreditam que o financiamento interno, especialmente por meio de debêntures incentivadas e de infraestrutura, terá um papel significativo. O financiamento externo com proteção contra riscos cambiais, por sua vez, é considerado

importante para 50,4%, ao passo que 38,2% veem os projetos verdes como uma fonte de financiamento cada vez mais relevante.

Verifica-se, portanto, que, na visão do setor de infraestrutura, não há uma ação preponderante para incentivar o crescimento de investimentos, mas sim um conjunto de iniciativas convergentes quanto ao financiamento para o setor.

# Análise de temas relevantes que impactam os investidores no cenário atual da infraestrutura brasileira

## NIB

O plano NIB, lançado em janeiro de 2024 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) do Governo Federal, propõe uma renovação de dez anos na indústria brasileira para fortalecer o setor por uma política pública alinhada ao desenvolvimento sustentável. O projeto foi divulgado em um encontro do CNDI e tem recebido avaliações positivas de importantes instituições industriais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI)<sup>10</sup>, destacando-se como uma iniciativa promissora para fomentar a economia do país.

O plano busca integrar o setor público com a indústria para revitalizar a economia brasileira por meio de inovação, aumento da produtividade e sustentabilidade, estabelecendo um cenário mais atrativo para investimentos, dando destaque ao desenvolvimento socioeconômico em estados com expressiva atividade industrial.

O lançamento do NIB ressaltou o potencial do Brasil para liderar a transição para práticas verdes, visando alinhar o setor industrial com as tendências globais de descarbonização. O comprometimento financeiro do governo, disponibilizando R\$ 300 bilhões até 2026, indica um incentivo nesse processo de transformação.

A estrutura do plano é composta por seis missões estratégicas:

- ▶ Cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais para a segurança alimentar, nutricional e energética;
- ▶ Complexo econômico industrial da saúde resiliente para reduzir as vulnerabilidades do SUS e ampliar o acesso à saúde;
- ▶ Infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e bem-estar nas cidades;
- ▶ Transformação digital da indústria para ampliar a produtividade;
- ▶ Bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas para garantir os recursos para futuras gerações;
- ▶ Tecnologias de interesse para a soberania e defesa nacionais.

Assim, os temas supracitados demonstram como a abordagem ampla proposta pelo NIB visa o fomento da evolução industrial para proporcionar um crescimento econômico robusto e ambientalmente responsável.

10. Governo Federal. Nova Indústria Brasil é o marco para a retomada do setor. 2024. Disponível em <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/nova-industria-brasil-e-marco-para-a-retomada-do-setor>. Acesso em 16/04/2024.

## Transição Energética

As discussões acerca da transição energética têm ganhado maior destaque no âmbito empresarial, especialmente após a constatação de que as ações atuais não são suficientes para conter as emissões de carbono e preservar o futuro do meio ambiente. Apesar de haver um avanço histórico registrado no Balanço Global (ou *Global Stocktake*) da COP28, em Dubai, em relação à ação climática, algumas análises apontam que este ainda carece de especificidade quanto a conclusões e recomendações.

O aumento das emissões de CO<sub>2</sub> no setor energético, atingindo níveis recordes em 2022, e as advertências dos cientistas sobre a urgência de combater o aquecimento global, destacam a necessidade de ações emergenciais. Projeções indicam, contudo, que o uso de fontes de energia renováveis e de baixo carbono continuarão em ascensão, com previsão de declínio do carvão já a partir de 2024 em favor de alternativas como a energia eólica e solar.

A meta de atingir emissões líquidas Net Zero até 2050 tem sido reforçada por diversas ações internacionais, incluindo o desenvolvimento de diretrizes pela Agência Internacional de Energia (IEA) e compromissos assumidos durante conferências como a COP28, realizada em Dubai<sup>11</sup>. No entanto, o aumento das emissões após a pandemia da COVID-19 evidencia a necessidade de um esforço conjunto e urgente para alcançar tais objetivos.

Eventos geopolíticos, como a crise energética desencadeada pela invasão Russa à Ucrânia, trouxeram desafios adicionais para a transição energética, levando alguns países a revisarem suas metas climáticas. No entanto, também despertaram uma busca por maior autossuficiência energética e impulsionaram investimentos em energias renováveis como solução viável e econômica.

No contexto brasileiro, os avanços na geração solar e a expansão das fontes renováveis na matriz energética destacam o país como um ator relevante na transição energética global.

## Eleições

As eleições municipais a serem realizadas no Brasil em 2024 serão o principal evento político do ano e podem impactar significativamente o andamento de projetos de infraestrutura, sobretudo nos âmbitos municipal e estadual, em fase de estudos técnicos no segundo semestre deste ano. Embora contratos de longo prazo como os de projetos de PPPs e Concessões não sejam impactados por legislações que restringem contratações públicas em anos eleitorais, o esforço político dos agentes pode estar mais concentrado nos cargos eletivos em disputa, em vez da aprovação de modelos de negócios, legislações e minutas para os projetos.

11. ENGIE. Transição energética em 2024: novo ano, novos desafios. 2024. Disponível em <https://www.alemdaenergia.engie.com.br/solucoes/transicao-energetica-em-2024/>. Acesso em 17/04/2024.

## Sobre o estudo

O Barômetro da Infraestrutura Brasileira é uma sondagem semestral realizada pela ABDIB e pela EY, de forma digital, com o objetivo de captar a opinião de gestores, de investidores e de especialistas que apoiam a estruturação de projetos de infraestrutura.

Não tem caráter científico.

Intervalo de captura das respostas, nesta edição, foi de 25/03/2024 a 05/04/2024.

Quantidade de respostas: 519

## Contatos

### ABDIB

**Roberto F. Guimarães**  
Diretor de Planejamento e Economia  
roberto.guimaraes@abdib.org.br

**Ricardo Galuppo**  
Diretor de Comunicação  
ricardo.galuppo@abdib.org.br

**Frederico Moreno P. Barreto**  
Coordenador Depto. Economia  
fred@abdib.org.br

**Victória Pedrosa**  
Assistente de Relações Públicas  
victoria@abdib.org.br

### EY

**Luiz Claudio Campos**  
Sócio  
luiz-claudio.campos@br.ey.com

**Gustavo Gusmão**  
Sócio  
gustavo.gusmao@br.ey.com

**Antonio Alvarenga**  
Gerente Sênior  
antonio.alvarenga@br.ey.com

**Thaís Gualberto**  
Gerente  
thais.gualberto@br.ey.com

## EY | Building a better working world

### Sobre a EY

A EY existe para construir um mundo de negócios melhor, ajudando a criar valor no longo prazo para seus clientes, pessoas e sociedade e gerando confiança nos mercados de capitais.

Tendo dados e tecnologia como viabilizadores, equipes diversas da EY em mais de 150 países oferecem confiança por meio da garantia da qualidade e contribuem para o crescimento, transformação e operação de seus clientes.

Com atuação em assurance, consulting, strategy, tax e transactions, as equipes da EY fazem perguntas melhores a fim de encontrarem novas respostas para as questões complexas do mundo atual.

EY se refere à organização global e pode se referir a uma ou mais afiliadas da Ernst & Young Global Limited, cada uma delas uma pessoa jurídica independente. A Ernst & Young Global Limited, companhia britânica limitada por garantia, não presta serviços a clientes. Informações sobre como a EY coleta e utiliza dados pessoais, bem como uma descrição dos direitos individuais de acordo com a legislação de proteção de dados, estão disponíveis em [ey.com/privacy](https://ey.com/privacy). As afiliadas da EY não exercem o direito se essa prática for proibida pelas leis locais. Para mais informações sobre a nossa organização, visite [ey.com.br](https://ey.com.br).

Este comunicado foi emitido pela EYGM Limited, integrante da organização global da EY que também não presta serviços a clientes.

©2024 EYGM Limited.  
Todos os direitos reservados.

[ey.com.br](https://ey.com.br)

Facebook | EYBrasil  
Instagram | eybrasil  
Twitter | EY\_Brasil  
LinkedIn | EY  
YouTube | EYBrasil

## ABDIB

### Sobre a ABDIB

Fundada em 1955, a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, cuja missão é:

- ▶ Contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento social do Brasil por meio da expansão dos investimentos em infraestrutura e indústrias de base;
- ▶ Fortalecer a competitividade das empresas de bens e serviços para infraestrutura e indústrias de base;
- ▶ Colaborar com agentes públicos e privados na busca de soluções consistentes para viabilizar investimentos;
- ▶ Ampliar a participação das empresas brasileiras no mercado global de infraestrutura.

A ABDIB congrega uma ampla gama de empresas públicas e privadas que participam de todas as fases dos negócios (estruturação, investimento e operação) nos setores de infraestrutura e indústrias de base, tais como concessionárias de serviços públicos, fabricantes de equipamentos, prestadores de serviços como engenharia e escritórios de advocacia, grandes usuários de infraestrutura, fundos de private equity, seguradoras, bancos de investimentos e empresas de consultoria, entre outras.

[abdib.org.br](https://abdib.org.br)

Facebook | [abdib.infraestrutura](https://abdib.infraestrutura)  
Twitter | [AbdibOficial](https://AbdibOficial)  
LinkedIn | [abdib](https://abdib)  
Instagram | [infraparacrescer](https://infraparacrescer)  
Youtube | [abdiboficial](https://abdiboficial)